

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DAS  
REVOLUÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS**

**MARCIO ANTONIO LAURIA DE MORAES MONTEIRO**

**AS REVOLUÇÕES SOCIAIS DO PÓS-GUERRA: ALGUMAS  
REFLEXÕES SOBRE SUAS DINÂMICAS, SUJEITOS POLÍTICOS  
E SOCIAIS**

**MARINGÁ – PARANÁ  
2017**

**MARCIO ANTONIO LAURIA DE MORAES MONTEIRO**

**AS REVOLUÇÕES SOCIAIS DO PÓS-GUERRA: ALGUMAS  
REFLEXÕES SOBRE SUAS DINÂMICAS, SUJEITOS POLÍTICOS  
E SOCIAIS**

Trabalho de conclusão do Curso de Especialização em História das Revoluções e dos movimentos Sociais – EAD, apresentado a Universidade Estadual de Maringá, como requisito para a obtenção do título de ESPECIALISTA EM HISTÓRIA DAS REVOLUÇÕES E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.

Orientador: Prof. Dr. Ângelo Priori

**MARINGÁ – PARANÁ  
2017**

**MARCIO ANTONIO LAURIA DE MORAES MONTEIRO**

**AS REVOLUÇÕES SOCIAIS DO PÓS-GUERRA: ALGUMAS  
REFLEXÕES SOBRE SUAS DINÂMICAS, SUJEITOS POLÍTICOS  
E SOCIAIS**

Trabalho de conclusão do Curso de Especialização em História das Revoluções e dos movimentos Sociais – EAD, apresentado a Universidade Estadual de Maringá, como requisito para a obtenção do título de ESPECIALISTA EM HISTÓRIA DAS REVOLUÇÕES E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.

Orientador: Prof. Dr. Ângelo Priori

**COMISSÃO EXAMINADORA**

Prof. Dr. Ângelo Priori  
Universidade Estadual de Maringá

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luciana Regina Pomari  
Faculdade Estadual de Educação, Ciências  
e Letras de Paranavaí

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Raquel Carneira Varela  
Universidade Nova de Lisboa

**Maringá / PR, 11 de outubro de 2017.**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a meus pais, Marcia e Antonio, e a meus avós, Deolinda (*in memoriam*) e Nelson (*in memoriam*), por todo o apoio e estímulo a meus estudos, sem os quais não teria chegado até aqui. Aos amigos David, Elisson, Icaro, Morgana, Poema e Tássio, que são constante fonte de alívio, diversão e de conversas estimulantes e sem os quais essa jornada teria sido inimaginavelmente mais difícil (cabendo um agradecimento extra à Morgana, pela revisão atenciosa do texto, dentre tantas outras coisas). A João Soares, pela revisão atenciosa do texto. Aos/às camaradas de militância, por terem sido compreensivos/as para com minhas ausências e pela disposição em ocasionalmente debaterem comigo aspectos das reflexões que integram esse trabalho. À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Raquel Varela, por suas contribuições à versão inicial dele. E ao conjunto da banca, pela disposição em lê-lo e avaliá-lo.

## As revoluções sociais do pós-guerra: algumas reflexões sobre suas dinâmicas, sujeitos políticos e sociais

### Resumo

As revoluções sociais ocorridas no pós-guerra, na Iugoslávia, Albânia, China, Coreia do Norte, Vietnã, Cuba e Laos, podem em certo sentido ser caracterizadas como socialistas. Todavia, caracterizá-las dessa forma sem mais qualificações apaga não só seu isolamento em nível nacional e os regimes não-democráticos que elas originaram, como também uma série de peculiaridades do processo de tomada do poder, que marcaram profundamente seus rumos posteriores. Mais especificamente, abordam-se neste trabalho três elementos que compõem esses processos de revolução social. Em primeiro lugar, os seus *sujeitos sociais*, isto é, as classes sociais que impulsionaram esses processos – no primeiro momento, de derrubada dos regimes então vigentes, uma heterogênea força de trabalho rural (frequentemente reduzida de forma simplista a “campesinato pobre”); e, no segundo momento, de liquidação das relações sociais capitalistas, o proletariado urbano (largamente ignorado pela literatura especializada). Em segundo lugar, os seus *sujeitos políticos*, ou seja, as organizações que lideraram esses processos de tomada de poder: partidos-exércitos que (diferente da caracterização simplificadora, frequentemente utilizada, de “socialistas”) almejavam que eles fossem revoluções “democrático-burguesas” ou “nacional-libertadoras”. Por fim, pretende-se abordar a sua *dinâmica*, o percurso efetivamente seguido pelas revoluções até o momento da mudança social qualitativa e sua consolidação na forma de novas instituições estatais, marcado por guerras revolucionárias de longa ou média duração, programas nacional-democráticos (reforma agrária, república democrática e soberania nacional) e tentativas iniciais de preservar as relações sociais capitalistas e governar em conjunto com setores “progressistas” (liberais) das burguesias nativas. A partir de pesquisa bibliográfica e análise crítica de fontes secundárias, o presente trabalho apresenta dados e reflexões acerca desses três aspectos, buscando uma compreensão mais apurada do que foram essas revoluções sociais, detendo-se de forma mais detalhada sobre os casos chinês e cubano, cujas semelhanças talvez sejam extensíveis aos demais. Com isso, busca trazer à tona e concatenar aspectos pouco conhecidos e debatidos dessas revoluções que, todavia, são fundamentais para compreendê-las e, mais ainda, às formações sociais e regimes políticos que delas se originaram.

Palavras-chave: Revoluções sociais; Socialismo; Revolução Chinesa; Revolução Cubana.

# The post-war social revolutions: some thoughts on their dynamics and political and social subjects

Marcio Antonio Lauria de Moraes Monteiro

## Abstract

In a certain way, the post-war social revolutions occurred in Yugoslavia, Albania, China, North Korea, Vietnam, Cuba and Laos, can be characterized as socialist ones. However, to characterize them as such, without more qualifications, is to ignore both their national isolation and the non-democratic regimes they originated, as well as a series of peculiarities of the process of taking over the power that profoundly marked its subsequent developments. More specifically, we deal in this work with three elements that integrates these processes of social revolutions. Firstly, their *social subjects*: the social classes that drove forward these processes – in the first moment, of the overthrow of the then existing regimes, an heterogeneous rural labor force (frequently reduced in a simplistic manner to a “poor peasant”); and, in a second moment, of liquidation of the capitalist social relations, the urban proletariat (by and large ignored by the specialized literature). Secondly, their *political subjects*: the organizations which led the processes of taking over the power – party-armies that (differently from the frequently used simplistic characterization of “socialists”) sought “democratic-bourgeois” or “national-liberator” revolutions. Lastly, their *dynamics*: the concrete paths followed by these revolutions to the moment of qualitative social change and their consolidation in the form of new state institutions, marked by long / medium term revolutionary wars, national-democratic programs (agrarian reform, democratic republic, national sovereignty) and initial attempts to preserve the capitalist social relations and to govern together with “progressive” (liberal) sectors of the native bourgeoisies. Based on bibliographical research and critical analysis of secondary sources, the present work presents data and thoughts on those three aspects, attempting to better comprehend what were those social revolutions, focusing in more details on the Chinese and Cuban cases, which similarities may be extensible to the others. By doing so, it seeks to bring into light and concatenate little known and debated aspects of those revolutions that, nonetheless, are fundamental for comprehending them and, even more, the social formations and political regimes they originated.

Key-words: Social revolutions; Socialism; Chinese Revolution; Cuban Revolution.

## SUMÁRIO

<b>1. Introdução</b> .....	1
<b>1.2. Algumas precisões conceituais</b> .....	2
<b>2. As peculiaridades das revoluções sociais do pós-guerra</b> .....	3
<b>3. Sujeito social: Quem eram os “camponeses” dessas revoluções? Como e por que se mobilizaram?</b> .....	7
<b>4. Sujeito político: programa e papel das lideranças políticas</b> .....	14
<b>4.1. O programa do sujeito político da Revolução Chinesa e sua dinâmica</b> .....	18
<b>4.2. O programa do sujeito político da Revolução Cubana e sua dinâmica</b> .....	29
<b>5. Sujeito social ignorado: como o proletariado moldou decisivamente esses processos</b> .....	36
<b>5.1. A atuação do proletariado na Revolução Chinesa e sua dinâmica</b> .....	40
<b>5.2. A atuação do proletariado na Revolução Cubana e sua dinâmica</b> .....	47
<b>6. Considerações finais</b> .....	57
<b>7. Referências bibliográficas</b> .....	61

## 1. Introdução

Afirmar que o século XIX foi o século das revoluções liberais e o XX o das revoluções socialistas já é quase um lugar-comum. De fato, muitos dos processos revolucionários que se iniciaram no século XX certamente tiveram o socialismo, senão como seu norte, ao menos como uma ala importante do conjunto de ideias e projetos políticos que os impulsionaram, ainda que por vezes reduzido a uma retórica vaga. É igualmente verdade que as revoluções sociais desse século originaram regimes identificados com o socialismo em aspectos que iam muito além da retórica, ainda que não se possa caracterizá-los com precisão como sendo de fato socialistas.

Aqui entende-se por *revoluções sociais*, aquelas que, de uma forma ou de outra, alteraram qualitativamente as formações sociais nas quais ocorreram, levando a uma mudança nas relações de dominação de classe e nas relações de propriedade e produção. São, portanto, diferentes de processos que, ainda que possam ser caracterizados como *revolucionários*, por terem mobilizado as classes subalternas em um contexto de crise de hegemonia das classes dominantes, não lograram dita mudança, sendo, na prática, derrotados. Levando em conta os processos do século XX que se encaixam no primeiro grupo, pode-se afirmar que a *expropriação* econômica e política da burguesia certamente os aproxima do socialismo, mas que, não obstante, há um afastamento no sentido de que socialismo envolve – ao menos caso se utilize o arcabouço marxista – a desapareção em *nível global* da classe burguesa e *autogoverno* proletário, na forma da *livre associação* dos produtores.<sup>1</sup>

Levando esses fatores em conta, chamar tais revoluções sociais de *socialistas*, sem mais qualificações, apaga não só seu isolamento em nível nacional e os regimes não-democráticos que elas originaram, como também uma série de peculiaridades que marcaram seus primeiros momentos (o processo de tomada do poder) e que são imprescindíveis para a devida compreensão de seus rumos posteriores. Mais especificamente, refere-se aqui aos seus *sujeitos sociais*, isto é, às classes que impulsionaram o processo; aos seus *sujeitos políticos*, que são as organizações que lideraram o processo, exercendo a hegemonia sobre as classes nele envolvidas; e à sua *dinâmica*, ou seja, o percurso efetivamente seguido pela revolução até o momento da mudança social qualitativa e sua consolidação na forma de novas instituições estatais.

---

<sup>1</sup> Para um debate aprofundado sobre a categoria revolução no arcabouço marxista, ver FERNANDES, 1984:7-17; SADER, 1991:14-21; LÖWY, 2012:Introdução; PASQUINO, 1998; KIERNAN; 2001. Aqui não se entrará no complexo debate acerca da “natureza social” das formações sociais nascidas dessas revoluções.

## 1.2. Algumas precisões conceituais

Ao utilizar tal concepção de *revolução social* como processo que altera qualitativamente as características fundamentais de uma formação social, cabe salientar que, conseqüentemente, nem toda *insurreição* ou *revolta* de massas se transforma em revolução. Resgatando na literatura marxista o debate sobre as revoluções sociais, Valério Arcary aponta que revoluções ocorrem em momentos de *crise nacional*, “quando ‘os de baixo’ não querem e os ‘os de cima’ não podem continuar vivendo como antes” (definição clássica de Vladimir Lenin, *apud* ARCARY, 2014:62).

No entanto, o caminho da *crise* ao *triunfo* da revolução não é retilíneo nem garantido. Dessa forma, é útil termos em mente os conceitos de *situação revolucionária* e *crise revolucionária*. A primeira é um período de duração indefinida, que pode ser de meses ou anos, ao longo do qual há uma *crise de hegemonia* das classes dominantes, que já não mais conseguem exercer seu poder de forma regular – uma “crise nacional”, expressa na incapacidade dessas classes de entrarem em acordo entre si e de exercerem a dominação sobre as demais –, somada à entrada em cena das classes subalternas agindo de forma contestatória. A segunda é um momento episódico possível da *situação revolucionária*, na qual essas classes subalternas, expressando uma mudança profunda em sua consciência, se alçam ao poder, buscando tomá-lo para si. Efetivam, desse modo, o primeiro passo fundamental de uma *revolução social*, caso sejam vitoriosas: a *expropriação política* da classe até então dominante e sua substituição por outra, até então dominada. Em outras palavras, para uma *revolução social* ocorrer se faz necessária a conjunção tanto de *fatores objetivos*, quanto *subjetivos*. (ARCARY, 2004:63-67)

Cabe acrescentar ainda que um elemento fundamental para se identificar uma *situação revolucionária* é a existência da *dualidade de poderes*, isto é, “uma situação na qual a classe destinada a implantar o novo sistema social, conquanto ainda não dominando o país, concentra, efetivamente, em suas mãos, uma parte importante do poder de Estado, ao passo que o aparelho oficial permanece em poder de seus antigos possuidores”, conforme definição clássica de Leon Trotski (TROTSKY, 2007b:204).

Conforme destaca Arcary (2004:72-73), Trotski também apontou que, ao longo de uma *situação revolucionária*, é possível que surja um governo de tipo *reformista*, encabeçado por organizações organicamente ligadas às classes subalternas, o qual tende a ser instável, ao buscar uma solução negociada para a crise nacional (um governo de

tipo “kerenkista”, em alusão ao Governo Provisório russo encabeçado por Aleksandr Kerenski, entre julho-outubro de 1917). Para que o impasse da dualidade de poderes e do governo reformista / “kerenkista” seja superado, através de uma *crise revolucionária triunfante*, Arcary (2004:70-72) destaca como fator central, a partir das reflexões e análises de Trotski, a maturidade *subjetiva* das classes subalternas, no sentido de compreenderem a necessidade de tomarem o poder em suas mãos, e terem instrumentos adequados para fazê-lo – um *partido revolucionário* capaz de organizar e conduzir essa tomada do poder.

## 2. As peculiaridades das revoluções sociais do pós-guerra<sup>2</sup>

A Revolução Soviética de 1917 quebrou com as expectativas clássicas dos marxistas sobre por onde a revolução socialista começaria, por ter ocorrido na periferia do sistema capitalista mundial, ao invés de um país onde as relações capitalistas já estivessem mais desenvolvidas e resquícios pré-capitalistas fossem bastante marginais. No entanto, uma série de elementos dessa revolução confirmaram alguns dos principais prognósticos do marxismo: seu *sujeito social* foi o proletariado urbano, que criou *órgãos de autogoverno* (os *soviets*) e, sob a liderança de um *sujeito político*, que era um partido marxista – ainda que bastante específico, dado seu formato (inovador) de partido de vanguarda democraticamente centralizado –, assumiu a hegemonia sobre as demais classes subalternas – os diferentes estratos do campesinato e da pequena-burguesia urbana –, expropriando política e economicamente a burguesia nativa (bem como os capitais imperialistas e a velha aristocracia fundiária), substituindo a propriedade privada dos meios de produção pela socializada/estatizada, gerida pela livre associação dos produtores, e realizando um esforço internacionalista de expandir o processo para outros países.

É verdade que a sua dinâmica se desenvolveu através de dois momentos distintos, marcados pelo intervalo entre a revolução de fevereiro e a de outubro, ao longo do qual as condições objetivas para a construção de um poder proletário já estavam dadas – o poder político obtido através dos *soviets*, cuja existência levou a uma

---

<sup>2</sup> Aqui recupero, com algumas modificações e acréscimos, reflexões anteriormente publicadas em MONTEIRO, 2016b. Essa síntese foi elaborada com base em uma leitura crítica de diferentes obras, dentre as quais destaco BROWN, 2009; ALAVI, 1965; WOLF, 1969; PETRAS, 1978a e 1978b; BROUÉ, 2014; HAGEMeyer, 2016; WOLIKOW & TODOROV, 2004; BRUS, 1999; COGGIOLA, 1986; COGGIOLA, 1986; NAVES, 2005; POMAR, 2003; SMITH, 2004; CHESNAUX & KAGAN, 1983; MEISNER, 1999; SHAI, 2003; TEIWES, 1993; SHEEHAN, 1998; JOHN, 2009; ANDRADE, 2007; WINOCUR, 1989; ALEXANDER, 2002; CUSHION, 2012 e 2016; LISTER, 1985; TENNANT, 1999; PÉREZ-STABLE, 1999; DRAPER, 1961 e 1965; FERNANDES, 2007; AYERBE, 2004; GOTT, 2006.

situação de *dualidade de poderes* –, mas não as subjetivas, pois o grosso do proletariado ainda seguia lideranças políticas que apostavam em uma conciliação com a burguesia nativa em prol da construção de uma república democrático-burguesa independente do imperialismo, não colocando a revolução socialista na ordem do dia.<sup>3</sup>

Também é verdade que a liquidação da propriedade privada não se deu de imediato, tendo ocorrido (no caso da propriedade produtiva urbana) sob a guerra civil (1918-21), e tendo sido parcialmente reestabelecida sob a NEP, ao passo que a liquidação da propriedade privada no campo só ocorreu (de forma brutal) nos anos 1930. Todavia, pode-se dizer – ao menos em comparação com as revoluções sociais posteriores, ocorridas após a Segunda Guerra mundial – que esse processo conformou os elementos básicos daquilo esperado de uma revolução socialista a partir do arcabouço marxista, ainda que com diversas peculiaridades, decorrentes da sua eclosão em um país periférico.

Sem dúvidas, há importantes semelhanças entre o caso soviético e os demais. O grosso dos processos revolucionários que tiveram lugar no pós-guerra não apenas ocorreu em países da periferia do sistema capitalista, nos quais o proletariado urbano era pouco numeroso – refletindo uma industrialização ainda incipiente – e nos quais a maior parte da população era composta por uma massa assalariada rural e camadas pobres do campesinato. Eles também começaram como processos cuja pauta era nacional-democrática, e não socialista, no sentido das tarefas imediatas almejadas: independência real frente às potências imperialistas (soberania nacional), reforma agrária em benefício dos pequenos e médio camponeses e contra o domínio das velhas oligarquias rurais, além do estabelecimento de um regime político democrático-burguês.

Todavia, diferentemente da Revolução Soviética, os processos revolucionários do pós-guerra tiveram, enquanto seu *sujeito social* principal, a *força de trabalho rural*, tendo a derrubada do poder burguês sido acompanhada de insurreições por parte do *proletariado urbano* apenas em alguns casos minoritários (em especial o da Revolução Cubana). Essa força era composta de forma heterogênea pelo proletariado rural, por pequenos proprietários produtores e por uma vasta massa de produtores arrendatários e de ex-camponeses recém-expropriados e socialmente desenraizados pelo avanço das

---

<sup>3</sup> E aqui se incluem os próprios bolcheviques, então minoritários, que só passaram a defender a consigna de “todo poder aos *soviets*” e o norte de revolução socialista após a disputa interna encabeçada por Lenin e Trotski ao longo de abril-maio, contra a ala favorável à linha de “apoio condicional” ao Governo Provisório liberal-burguês de Kerenski – representada no Comitê Central por Kamenev, Zinoviev e Stalin (MURPHY, 2017).

relações capitalistas no campo, os quais atuaram ocupando terras e integrando as fileiras dos insurgentes “exércitos populares”.

No que tange seus *sujeitos políticos*, essas revoluções sociais tiveram organizações que não defendiam em suas estratégias algo além do programa *nacional-democrático* pelo qual o referido sujeito social se mobilizou. Tais sujeitos políticos foram ou Partidos Comunistas fieis ao dirigentes do Kremlin – cuja lógica *etapista* os fazia atribuir um caráter “democrático-burguês” às revoluções na periferia capitalista (considerada “feudal”), enxergando uma revolução socialista como algo para um futuro distante, após um longo período de desenvolvimento capitalista –, ou grupos que sequer proclamavam adesão formal às ideias socialistas e à centralidade do proletariado enquanto sujeito social revolucionário, tendo caráter *nacionalista-burguês* e forte peso da *intelligentsia* urbana de corte pequeno-burguês em suas fileiras e liderança (caso da Revolução Cubana). Ademais, tais sujeitos políticos não atuaram prioritariamente na disputa pela hegemonia das classes subalternas dos centros urbanos, mas constituíram-se como *partidos-exércitos*, cuja base de recrutamento era a referida força de trabalho rural, e que atuaram travando uma guerra revolucionária de longa / média duração contra os regimes burgueses então vigentes.

Por fim, no que tange à sua *dinâmica*, tais processos, autoidentificados primeiramente como guerras de libertação nacional e/ou lutas em prol de um regime democrático-burguês, foram muito mais marcados por uma *guerra revolucionária prolongada* do que por insurreições urbanas. E, imediatamente após a conquista do poder, levaram à formação de *governos de coalização* com representantes “liberais” da burguesia nativa, que mantiveram não só a defesa propriedade privada no âmbito jurídico, mas também a defenderam retórica e politicamente, salvaguardando a manutenção das relações capitalistas e seu desenvolvimento de forma nacionalmente soberana.

Não obstante, os processos revolucionários que de fato realizaram (algumas das) tarefas nacional-democráticas a que se propunham – ao não serem esmagados pela contrarrevolução burguesa e imperialista, nem terem levado à (re)construção de uma normalidade burguesa, a qual atendeu muito parcialmente às demandas mobilizadoras – só o puderam fazer a partir da ruptura dessa coalização de *colaboração de classes*, na qual a burguesia era mantida no topo da hierarquia na conflituosa relação capital-trabalho. Essa ruptura, quando ocorreu, se deu não só na forma da expulsão dos elementos burgueses “liberais” dos novos governos, mas, centralmente, na forma da

*expropriação* dos capitais nativos (e imperialistas ainda restantes), liquidando o capitalismo e originando formações sociais que, em seus aspectos estruturais mais gerais, bem como em seus regimes políticos, eram muito similares à URSS – portanto, constituindo-se enquanto *revoluções sociais*.

São múltiplos os fatores que precisam ser levados em conta para a compreensão desse segundo momento, de liquidação das relações sociais capitalistas, que só ocorreu em uma pequena minoria dos processos revolucionários do pós-guerra. Certamente a *pressão contrarrevolucionária* da burguesia nativa e do imperialismo é um deles, como enfatiza certa literatura, tecendo uma tese de revolução social como consequência de um desesperado ato de autodefesa. Todavia, acredita-se ser necessário levar em conta também, e principalmente, a entrada em cena do *proletariado* – frequentemente ignorada, apesar de ter moldado profundamente tais processos de acordo com seus interesses de classe (melhores condições de trabalho, incremento no nível de vida, controle da produção e socialização da propriedade produtiva) e seus métodos próprios de luta e organização (greves, ocupações de empresas, assembleias). Esse foi um fator que parece ter pressionado de forma determinante as lideranças que estabeleceram os novos regimes para além de seu programa original de colaboração de classes, inclusive levando a choques diversos com ela, e produzindo fissões em seu interior, das bases ao topo – ainda que não possa se tomado como o único responsável, dado que se fez presente também em outros processos revolucionários que não evoluíram para *revoluções sociais*.

No caso das *revoluções sociais triunfantes*, foi somente nesse segundo momento, com a investida dos novos regimes contra as relações capitalistas e as classes burguesas, que as respectivas lideranças adotaram discursos socialistas, e não mais nacional-democráticos ou nacionalistas. Em analogia com o caso soviético, foi como se os mencheviques e socialistas-revolucionários de direita, pressionados pela agitação revolucionária do proletariado, tivessem rompido sua coalização com a burguesia nativa e a expropriado, bem como aos capitais imperialistas, ao invés disso só ter ocorrido graças à ação decisiva dos bolcheviques.

Tais casos – numericamente excepcionais, cabe sempre enfatizar – tiveram lugar na Iugoslávia (1944-1948), Albânia (1944-1945), China (1949-1953), Coreia do Norte (1946-49), Vietnã (1950-1951 e 1975), Cuba (1959-1960) e Laos (1975). A esses processos de *revolução social*, deve-se acrescentar ainda a expansão da URSS no Leste Europeu no final da Segunda Guerra (1944-1948), que transformou qualitativamente as

relações sociais da região. Entretanto, essa transformação do Leste Europeu ocorreu de forma bastante diferente dos demais casos mencionados, podendo-se caracterizá-la com precisão de *burocrático-militar*, dado a predominância determinante do fator da ocupação territorial do Exército Vermelho / Soviético.<sup>4</sup>

A síntese acima apresentada difere em vários aspectos daquilo que predomina na literatura especializada de maior visibilidade acerca das revoluções sociais do pós-guerra, que acaba por aceitar e reproduzir certos mitos autolegitimadores criados pelos dirigentes dos regimes que tais processos originaram, não levantando perguntas que poderiam ajudar a melhor compreendê-los. A partir de pesquisa bibliográfica e análise crítica de fontes secundárias, o presente trabalho apresentará dados e reflexões que sustentem e melhor detalhem a síntese acima apresentada. A partir dessa base, tecer-se-ão hipóteses acerca dessas revoluções sociais e suas peculiaridades, através de uma análise mais detida dos casos chinês e cubano, cujas semelhanças talvez sejam extensíveis aos demais casos mencionados (à exceção do Leste Europeu). Com isso, buscar-se-á trazer à tona e concatenar aspectos pouco conhecidos e debatidos dessas revoluções que são fundamentais para compreendê-las, e, mais ainda, às formações sociais e regimes políticos que delas se originaram. Em especial, a caracterização e atuação de seus *sujeitos políticos e sociais*, como forma de apresentar a *dinâmica* através da qual esses processos se desenvolveram.

### **3. Sujeito social: Quem eram os “camponeses” dessas revoluções? Como e por que se mobilizaram?**<sup>5</sup>

A literatura sobre as revoluções do pós-guerra, especializada ou não, costuma enfatizar o protagonismo dos “camponeses”, em especial dos “camponeses pobres”, nesses processos – alguns até mesmo as nomeiam de “revoluções camponesas”. Todavia, conforme indicado na síntese acima, a força de trabalho rural envolvida nesses processos revolucionários era bastante heterogênea, e pouca atenção tem sido dada nos últimos tempos a uma compreensão mais precisa de sua composição e do papel político desempenhado por seus diferentes extratos, ou mesmo às raízes mais profundas que originaram sua mobilização política.

---

<sup>4</sup> Aqui esse processo não será abordado. Uma tentativa sintética de compreendê-lo pode ser encontrada em MONTEIRO, 2016a:138-145.

<sup>5</sup> Aqui recupero, com algumas modificações, reflexões anteriormente publicadas em MONTEIRO, 2016a:87-94.

Foi por volta da década de 1960, sob o impacto de processos como a Guerra de Independência Argelina e a Revolução Cubana, que uma atenção sistemática e detalhada passou a ser dedicada entre os marxistas ao estudo desse *sujeito social*. Em tal década, ganharam força novas tendências políticas que, como o terceiro-mundismo e o maoísmo, atribuíam ao “campesinato” da periferia capitalista um papel de sujeito da revolução socialista, alegando que a classe trabalhadora industrial, especialmente aquela dos centros imperialistas, havia perdido sua capacidade revolucionária, levando a um ávido interesse pelo tema e a intensos debates em torno dele.

Marx, em uma famosa passagem d’*O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, afirmou que o campesinato só formava uma unidade no sentido em que “batatas dentro de um saco constituem um saco de batatas” (MARX, 2011:142), uma vez que esta era uma classe por demais heterogênea para atuar de forma politicamente coesa, enquanto “classe para si”. Essa noção do campesinato se tornou “clássica” entre os marxistas – ela se faz presente, por exemplo, na consagrada obra de Karl Kautsky sobre *A Questão Agrária* (1899 - KAUTSKY, 1980), e foi encarada como significando, conforme apontou Michael Löwy (2015:123), que tal classe seria “incapaz de auto-organização independente ou hegemonia social”. Não obstante, Marx ao longo da vida teceu outras considerações distintas sobre o tema, como ao levar em conta as experiências coletivistas do campesinato irlandês e russo (CHANDRA, 2002).

Na primeira metade do século XX, um marxista em particular que dedicou considerável atenção ao tema do campesinato foi Leon Trotski, que, desde seu balanço do fracasso da revolução russa de 1905, enfatizava que a heterogeneidade social e a fragmentação geográfica dessa classe impedia que ela pudesse atuar de forma politicamente independente das duas classes fundamentais do capitalismo, a burguesia e o proletariado (TROTSKY, 2011a:79-83 e 2011b:218-222). Segundo a estratégia política que este defendia para a revolução russa (e posteriormente mundial) – a *revolução permanente*, que liga organicamente revolução nacional-democrática e socialista num único processo –, seria fundamental mobilizar a força de trabalho rural, mas a revolução necessitaria do *proletariado urbano* enquanto sua liderança decidida, isto é, seu *sujeito social*.

Essa concepção levou a uma importante divergência e polêmica com Vladimir Lenin, cuja estratégia da “ditadura democrática do proletariado e do campesinato” (defendida de 1904 até abril de 1917) preconizava a possibilidade de uma ação independente do campesinato, que se aliaria de igual para igual com o proletariado e

exerceria o poder em conjunto com ele, em uma revolução que não ultrapassaria os marcos capitalistas, apesar de protagonizada pelas classes subalternas. Mas tal divergência foi superada pela própria experiência da Revolução Soviética de 1917, com Lenin chegando a conclusões equivalentes às de Trotski (HEGEDÜS, 1986).

Na Revolução Soviética, de fato o protagonismo político esteve nas mãos do *proletariado urbano*, o qual, com seus métodos e instrumentos de luta – greves, protestos de rua, ocupações de empresas e fábricas, comitês de fábricas, de bairros, milícias – foi quem deu coesão e direção política para as massas camponesas. Massas essas que, amplamente mobilizadas nos conselhos de soldados (eram elas a espinha dorsal do exército de então) e também em conselhos rurais, através dos quais organizavam a ocupação e tomada de terras, não foi capaz de produzir um partido com linha própria, tendo o partido Socialista Revolucionário, o principal entre os camponeses, se dividido entre o apoio ao Governo Provisório burguês (ala direita) e a consigna bolchevique pró-proletária de “todo o poder aos *soviets*”, adotada após abril (ala esquerda). (TROTSKY, 2007b; WOLF, 1969)

Algo semelhante se deu nos processos revolucionários derrotados que ocorreram na Espanha, em 1936, e na Bolívia, em 1952, no sentido de que o protagonismo social ficou nas mãos do proletariado urbano e suas organizações políticas (BROUÉ, 2014; HAGEMEYER, 2016; ANDRADE, 2007; JOHN, 2009), ainda que os defensores do socialismo revolucionário não tenham conseguido superar a hegemonia dos defensores da colaboração de classes, como fizeram os bolcheviques entre julho e outubro de 1917, levando o processo à vitória. Todavia, nas revoluções sociais iugoslava, albanesa, chinesa, coreana, vietnamita, cubana e laociana, o caso foi bastante diferente.

Portanto, apesar da sua força entre os marxistas, considerar a interpretação “clássica” acerca do campesinato inteiramente correta trás problemas ao se levar em conta o papel da força de trabalho rural nas revoluções do pós-guerra. Conforme aponta Löwy (2015), que teceu considerações semelhantes às que se seguem sobre o *sujeito social* dessas revoluções, o erro central dessa forma de ver o “campesinato” – compartilhada pelo conjunto dos marxistas da primeira metade do século XX, indo do trotskismo à *Comintern* stalinizada, e incluindo até mesmo Mao Tse-tung (em seus escritos prévios à consolidação do PC chinês no poder, em 1949) – é o de ignorar as especificidades que marcam tal classe na *periferia* capitalista, onde ela possui características estruturais consideravelmente distintas do campesinato europeu analisado por Marx, Kautsky, entre outros.

Tentando compreender parte desses processos, como o chinês – analisado em conjunto ao russo e a duas revoltas camponesas na Índia –, o historiador marxista Hamza Alavi, em um estudo de 1965, partiu da pergunta *quem* eram esses “camponeses”, frequentemente apresentados como se fossem uma massa homogênea (“camponeses pobres”). Para respondê-la, destacou a necessidade de se analisar em pormenor o “campesinato”, descartando a típica divisão entre “camponeses ricos”, “camponeses médios” e “camponeses pobres”. Nesse sentido, Alavi dividiu o que nomeou de “economia agrária” em três setores distintos, composto por diferentes classes ou frações de classe, de acordo com relações de propriedade e produção: a) proprietários de terras que as arrendam a terceiros, e os produtores arrendatários que dela fazem uso; b) pequenos proprietários que atuam como produtores em suas próprias terras; c) proprietários de terras que nelas investem capitais e trabalhadores assalariados por eles empregados.

A partir dessas divisões e do estudo dos casos mencionados, Alavi concluiu que os *produtores arrendatários e trabalhadores assalariados* (comumente agrupados sob o nome de “camponeses pobres”) só tendem a se engajar politicamente após o poderio de seus senhores ter sido contestado pela ação de outros setores. Segundo o autor, quem em geral cumpriu o papel de *iniciar* as contestações foram os *pequenos proprietários produtores* (“camponeses médios”), devido à sua maior independência em relação aos grandes proprietários. Aqueles, todavia, possuem um limite político à mobilização em seu interesse na manutenção da propriedade *privada* da terra. Dessa forma, Alavi contestou a tese, corrente à época e ainda hoje influente, de que o “campesinato pobre” era intrinsecamente revolucionário – conforme defendiam, por exemplo, Frantz Fanon e Mao Tse-tung (após 1949). (ALAVI, 1965)

Partindo de preocupações semelhantes, o antropólogo marxista Eric Wolf, em um extenso trabalho datado da mesma época (*Guerras Camponesas do Século Vinte*, 1969), em que analisou detalhadamente o papel do “campesinato” em diferentes processos revolucionários do século XX, distinguiu os “camponeses” dos “trabalhadores sem-terra” e dos “fazendeiros”, definindo os primeiros enquanto aqueles que cultivam a terra, possuem autonomia sobre seu cultivo e o fazem centralmente para fins de subsistência. E a conclusão a que chegou a partir de sua análise comparada foi que foram os “camponeses médios” (pequenos proprietários produtores, conforme a tipologia mais precisa de Alavi) e, em menor medida, os “camponeses pobres” das regiões fronteiriças ou afastadas dos centros de poder (portanto, dotados de maior

“mobilidade tática” frente a seus senhores), que constituíram a força propulsora das revoluções por ele analisadas, ao terem iniciado as mobilizações e arrastado atrás de si os “camponeses pobres” – conclusão, portanto, semelhante àquela de Alavi.

No que tange o *como* e o *porquê* da mobilização desses camponeses, Wolf concluiu que tais revoluções teriam sido fruto da mobilização inicial dos extratos médios do campesinato em reação a mudanças econômicas e culturais, resultantes da expansão das relações de mercado para os países da periferia capitalista. Tal expansão colocou em xeque sua realidade, não só ao levar à expropriação das terras (muitas vezes de forma violenta), para transformá-las em mercadorias e também liberar mão de obra para o assalariamento, mas também ao desestruturar as redes locais de poder, através da conquista da hegemonia do aparato Estatal central nas regiões periféricas do país.

Essa reação teria tido, a princípio, um caráter *conservador*, pois fora pautada pelo desejo de preservar a situação econômica e cultural anterior. Mas acabou por se mesclar com a mobilização de outros setores, especialmente a “*intelligentsia-em-armas*” urbana, organizada em partidos-exércitos e insatisfeita com a incapacidade das classes dominantes em solucionar os novos problemas sociais decorrentes da referida expansão centro-periferia. Conforme aponta Wolf, esse setor urbano acabou por subordinar os camponeses política e organizativamente, através de exércitos ou partidos paramilitares dotados de projetos societários que transcendiam a mera preservação da realidade até então existente. Sem essas *lideranças externas*, concluiu, as *rebeliões camponesas* não teriam sido capazes de extrapolar o nível local e se transformarem em *revoluções sociais*. (WOLF, 1969)

Já o historiador marxista James Petras, ainda que convergindo com algumas das conclusões de Alavi e Wolf, argumentou, também a partir de estudos comparados apresentados em dois artigos de 1978 (utilizando os casos russo, chinês, cubano e vietnamita), que um setor importante desse “campesinato” que protagonizou as revoluções do pós-guerra era na realidade formado *ex-camponeses recém-expropriados e socialmente desenraizados*, em decorrência das profundas mudanças geradas pela expansão das relações de mercado na economia rural, fruto da expansão de capitais imperialistas dos centros para a periferia global. (PETRAS, 1978a) Destoando daqueles dois em sua ênfase em compreender tais processos enquanto revoluções de base *camponesa*, Petras trabalhou com o conceito de *desenraizamento (uprootedness)*, central para sua compreensão do porque tal setor se mobilizou, e que foi definido da seguinte forma:

A noção de “desenraizamento” como a base da ação revolucionária é claramente diferenciada da noção de exploração. Nesta última, o trabalho, atado ao processo de produção, continua a produzir mais-valor, enquanto na primeira o trabalhador é separado dos meios de produção e o trabalho é impedido de vender sua força de trabalho (se fazendo presente a conscrição e a requisição como formas de trabalho coagido). Enquanto esses processos desafiam uma análise focada em identificar o trabalho através da sua relação com capitalistas individuais, as condições de desenraizamento são produto do comportamento coletivo de todos os capitalistas, atuando primariamente através do Estado. A responsabilidade coletiva do Estado imperial se faz refletir na oposição de massas do desenraizado: e a perda de controle das forças produtivas, a inserção na força de trabalho e a natureza coagida do trabalho, todas contribuem para uma ruptura total entre o Estado intrusivo e a população desenraizada. Dessa forma, “desenraizamento” é potencialmente uma força ainda mais revolucionária que a exploração. (PETRAS, 1978a:Nota 14)

Assim, da mesma forma que Alavi e Wolf, Petras enfatizou a instabilidade política e econômica gerada pela expansão capitalista (“modernização”, em suas palavras) provocada pelas necessidades geradas pelas guerras interimperiais, processo no qual capitais imperialistas penetraram sociedades nas quais ainda existiam grandes porções geográficas dominadas por relações “pré-capitalistas”, expropriando em massa os pequenos produtores rurais, através da mescla de formas variadas de exploração e dominação, bem como da combinação de formas violentas de “acumulação primitiva” conduzidas pelo Estado com exploração industrial. Tal processo teria produzido, dentre outras coisas, um *desenraizamento* econômico e cultural de setores populacionais antes vinculados a esferas pré-capitalistas dessas sociedades, gerando uma enorme massa insatisfeita de ex-camponeses – ou, mais propriamente, “trabalhadores sem terra”. (1978a)

Segundo sua análise, esses *ex-camponeses expropriados*, bastante próximos ao “proletariado clássico” (no sentido de não possuírem nada a não ser sua força de trabalho), foram os que realmente estiveram à frente da mobilização revolucionária do restante do campesinato, e não o “camponês médio”, como afirmam Alavi e Wolf. Levando-se em conta a bibliografia especializada (inclusive aquela utilizada por Petras), essa afirmação parece proceder para um *segundo momento* desses processos, quando os poderes senhoriais locais já se encontravam profundamente abalados, mas não para as *mobilizações iniciais*. A ausência de dados precisos e detalhados sobre essa massa rural, todavia, torna muito difícil uma afirmação sólida a esse respeito. A partir dessas análises, Petras concluiu que não é que o campesinato tivesse se torando uma classe revolucionária, mas ele (ou melhor, certos extratos dele), havia sido profundamente transformado, “proletarizando-se”. (PETRAS, 1978b)

Essa divergência de Petras com Alavi e Wolf leva a outra: a de que, para Petras, a luta de classes por detrás dos processos revolucionários do pós-guerra não era travada em termos de relações sociais pré-capitalistas (camponeses *versus* senhores de terra), mas em termos de uma *massa desapropriada* por processos de acumulação capitalista, de um lado, e os *capitais imperialistas* que os impulsionaram e os *Estados burgueses* que os implementaram militarmente, de outro. Para ele, teria sido por conta de tais características que as *revoltas rurais* de *pequenos produtores desenraizados* puderam ser subordinadas à liderança e programa de movimentos urbanos, que para Petras supostamente tinham composição proletária e “orientação coletivista”. Ou seja, no fundo, ele aponta que o *sujeito social* dessas revoluções não eram *camponeses*, mas *proletários recém-expropriados*, assim explicando seus posteriores rumos “socialistas”. (PETRAS, 1978a)

Conforme se verá adiante, sua caracterização dos *sujeitos políticos* dos processos em questão como *proletários* e *coletivistas* tende a perder de vista o fato de que sua orientação estratégica não era socialista revolucionária, mas *nacional-reformista*, e ignora a existência de um governo de *colaboração de classes* como primeiro momento das revoluções sociais do pós-guerra, prévio à liquidação das relações capitalistas. Todavia, sua análise fina do campesinato da periferia capitalista do pós-guerra e suas mudanças ocorridas sob o impacto da massiva e violenta onda de expansão de capitais imperialistas ajuda a melhor entender o porquê do protagonismo do campesinato nas revoluções sociais (e, de forma geral, nos processos revolucionários) que tiveram lugar nesse período, ainda que seja necessário levar em conta os apontamentos de Alavi e Wolf, sobre ter sido o “camponês médio” e o “camponês pobre” das áreas mais afastadas que iniciaram os processos insurrecionais, almejando o retorno a uma ordem social anterior.

Cabe ressaltar ainda que essa análise de Petras sobre um setor (rápida e violentamente) proletarizado do campesinato converge em pontos importantes com aquelas de Samir Amim, que, também na década de 1970, resgatou as teses de Aleksandr Chaianov sobre o “modo de produção camponês” (proscritas pelo stalinismo, por se chocar com sua visão linear e etapista da história), o qual seria caracterizado pela pequena propriedade familiar de produção de subsistência, e apontou que este foi *subsumido* às relações capitalistas, ao invés de ter gradualmente desaparecido, conforme supunha a análise “clássica” de Kautsky. Nessa condição de subsunção, tal modo de produção se modificou, de forma que a propriedade do camponês sobre a terra se tornou

algo apenas *formal*, ficando sua produção subordinada, por vias diversas, às demandas do capital e, portanto, das relações de mercado. Dessa forma, teria ocorrido, principalmente na periferia global, um processo de *proletarização objetiva* do “campesinato”, aqui compreendido como o pequeno produtor proprietário. (AMIM, 1977)

Dessa forma, pode-se falar da força e trabalho rural que constituiu o *sujeito social* das revoluções aqui em questão como um misto de indivíduos objetivamente proletários e/ou recém-proletarizados com pequenos proprietários produtores que, subjetivamente, ainda se viam como camponeses, independentemente das transformações às quais foram (violentamente) submetidos. Portanto, de uma massa heterogênea, mas com fronteiras de difícil definição entre seus diferentes setores sociais.

Ademais, apesar de nem todos os autores aqui abordados convergirem quanto à questão da *proletarização* de parte dessa força de trabalho, todos convergem na hipótese de que, apesar do protagonismo social dessa heterogênea força de trabalho rural, isso só foi possível devido à atuação de uma força política *externa* – no caso das revoluções sociais aqui em análise, os *partido-exércitos*, originados a partir dos centros urbanos e cujos dirigentes e quadros haviam sido formados nesses ambientes. Tais *partidos-exércitos* foram fundamentais para organizar os sentimentos de revolta diante das rápidas e violentas mudanças ocasionadas pela mercantilização das relações sociais no campo e das expropriações a ela atreladas, transformando tais sentimentos em ação organizada. Mais ainda, foram fundamentais em dar coesão a essa ação, fazendo-a transcender o nível das aldeias e, dessa forma, fazer com que não se limitassem a revoltas isoladas umas das outras, sem muita capacidade de confrontar o poder estatal nacional e, conseqüentemente, pautar projetos políticos de âmbito nacional.

Isso confirma em parte algumas das considerações da análise “clássica” do marxismo acima apresentadas, acerca da incapacidade de independência política do campesinato em relação à burguesia e ao proletariado, ainda que suas considerações sobre o que era o campesinato e quais seriam suas possibilidades de atuação política sejam contraditórias com as formas específicas que este assumiu na periferia global na fase imperialista do desenvolvimento capitalista.

#### **4. Sujeito político: programa e papel das lideranças políticas**

Além da falta de precisão na caracterização do *sujeito social* das revoluções sociais do pós-guerra, a literatura de maior visibilidade incorre em problema similar – ou até mais grave – ao tratar de seu *sujeito político*. Parte da literatura especializada, conforme visto, enfatiza como central o papel da liderança política externa ao campo para a mobilização da força de trabalho rural que protagonizou essas revoluções. Leon Trotski talvez tenha sido quem mais se debruçou sobre essa questão da centralidade do *sujeito político*, preocupado que estava em relação ao papel do stalinismo à frente do movimento comunista internacional e da social-democracia à frente do movimento operário de boa parte da Europa, bem como da influência dessas vertentes políticas sobre os processos de luta de classes de sua época. Conforme se expressou em uma sintética passagem de sua *História da Revolução Russa* (1930):

Apenas na base de um estudo dos processos políticos nas próprias massas se pode entender o papel dos partidos e líderes, que nós, menos que outros, estamos inclinados a ignorar. Constituem um elemento não independente, mas não obstante muito importante, no processo. Sem organização dirigente, a energia das massas se dissiparia como um vapor não encerrado numa caldeira com bombas de pistão. Entretanto, o que move as máquinas não é nem a caldeira nem o pistão, mas o vapor. (TROTSKY, 2007b:10-11)

A partir da experiência fracassada da Revolução Russa de 1905 e dos rumos que vinha seguindo a nova revolução, soviética, de fevereiro de 1917, a elaboração teórica de Trotski, antes opositor das teses leninistas acerca do “partido de vanguarda”, passou a enfatizar como necessário o papel de uma *liderança organizada* para o triunfo de um processo socialista revolucionário. Assim, expressando suas novas ideias em um texto de 1924 (*Lições de Outubro*), ele apontou que “na ausência de um partido capaz de o dirigir, o golpe de força proletário tornava-se impossível. O proletariado não pode conquistar o poder através de uma insurreição espontânea” (TROTSKY, 2007a:24). Nesse sentido, encarou que a ausência de um partido politicamente firme e organizativamente bem preparado foi determinante para o fracasso da onda revolucionária internacional que se seguiu ao fim da Primeira Guerra Mundial (Ibid.:113). Donde concluiu enfaticamente que “A revolução proletária não pode triunfar sem o Partido [socialista revolucionário], contra o Partido ou através dum sucedâneo dele. Este é o principal ensinamento dos últimos dez anos” (Ibid.:114).

Em poucas palavras, Trotski defendia que são as massas plebeias que, ao atuarem coletivamente, fazem sua própria história. Mas para tal, especialmente para a disputa revolucionária pelo poder, na qual se chocam com o Estado burguês e seus aparatos repressivos, elas necessitam de um “Estado maior”, que não é nem externo a

elas nem alheio a seus interesses, mas composto pelos seus elementos mais engajados e politicamente conscientes – portanto, sua liderança, sua *vanguarda*.

Trotsky falava de uma revolução *proletária / socialista*, mas os sujeitos políticos das revoluções aqui em análise não tinham o socialismo como seu norte imediato – e, no caso da revolução cubana, sequer como norte para um futuro incerto. Isso é algo frequentemente ignorado até mesmo pela literatura especializada, predominando uma tendência a identificar automaticamente Partidos Comunistas com estratégia socialista revolucionária, e a secundarizar o distanciamento original do grupo liderado por Fidel Castro em relação ao socialismo.

Ao se caracterizar um partido político, não se deve ter por base (apenas) o que ele diz sobre si (ainda mais em retrospectivo), mas priorizar a sua *prática*. Partindo desse alerta, é incontornável reconhecer que os Partidos Comunistas, originalmente fundados como seções nacionais da Internacional Comunista (ou III Internacional), com um projeto de realizar a revolução socialista ao redor do globo, passaram a adotar estratégias de *colaboração de classes* a partir dos anos 1930, por pressões vindas do centro dirigente localizado na cúpula do regime da URSS – pressões essas que removeram do horizonte aquele objetivo original. Tal centro, conforme já apontaram diversas análises (das mais diferentes matizes teóricas)<sup>6</sup>, passou a se preocupar cada vez mais com a sobrevivência da URSS do que com a revolução mundial, defendendo uma “convivência pacífica” com o imperialismo – o que se expressou em táticas diversas que tinham como seu núcleo a colaboração de classes, visando evitar novas revoluções socialistas. Pode-se mencionar, a título de exemplo, táticas como a “Frente Popular” de meados anos 1930 e as frentes de “União Nacional” do imediato pós-guerra 1940, que buscaram atrelar o movimento organizado dos trabalhadores a uma suposta “burguesia progressista / anti-imperialista / democrática / antifascista”, relegando a um futuro incerto a construção das bases de uma revolução socialista.

Na periferia capitalista, a capa teórica fornecida a essa estratégia foi a noção de que as sociedades humanas evoluem através de uma sucessão de *etapas* rigidamente delimitadas, sendo assim necessárias revoluções “democrático-burguesas” nessa parte do mundo, considerada “feudal” ou “semifeudal”, as quais originariam regimes

---

<sup>6</sup> Ver, por exemplo, as obras do trotskista Pierre Broué (2007), do ex-stalinista e um dos fundadores do “eurocomunismo” Fernando Claudín ([1970]) e do liberal Archie Brown (2009). Conclusões semelhantes podem ser encontradas ainda na obra do anti-comunista e revisionista historiográfico Robert Service (2007), mas suas obras são marcadas por tantas falsificações e distorções que não é recomendável tomá-la como referência.

capitalistas que, no decurso de um período temporal indefinido, desenvolveriam as forças produtivas e assentariam, assim, as bases para uma futura revolução socialista. Essa noção foi “oficializada” nas teses do VI Congresso da *Comintern* stalinizada, em 1928, e amplamente difundida através dos famigerados “manuais de marxismo-leninismo”. Mas ela não era nova, já estando anteriormente presente nas fileiras da II Internacional, na qual a vulgarização economicista do marxismo ganhou muita força ao longo dos anos, inclusive culminando na condenação de alguns de seus principais quadros históricos à Revolução Soviética, por se “desviar” do suposto cânone (caso de Karl Kautsky). Tal revolução, todavia, demonstrou a incapacidade da burguesia periférica de ir contra o imperialismo e as oligarquias rurais nativas para realizar uma revolução “democrático-burguesa”. Essa “refutação empírica” ao etapismo foi “contornada” pelos dirigentes da *Comintern* stalinizada dos anos 1930 através da afirmação de uma suposta “excepcionalidade russa”, que não deveria ser repetida.

Foi na década de 1930 que, através de uma série de expurgos organizados desde o Kremlin, os PCs ao redor do globo se viram reduzidos a uma ala esquerda do (decadente) liberalismo burguês, buscando alas “progressistas” das burguesias de seus respectivos países com as quais pudessem se aliar – fosse para combater o fascismo (anos 1930-40), impedir que o fascismo renascesse (segunda metade dos anos 1940), ou levar a cabo uma revolução “democrático-burguesa”. Nos anos seguintes à Segunda Guerra, a noção de “convivência pacífica” com o imperialismo, propalada pelos dirigentes da URSS – e, portanto, a circunscrição da atuação dos PCs aos limites do capitalismo – foi “oficializada” através dos acordos de Yalta e Potsdam, que dividiram a Europa e Ásia entre zonas de influência da URSS e dos EUA/Inglaterra/França. (BROUÉ, 2007; CLAUDÍN, [1970]; BROWN, 2009)

Portanto, não é correto que esses partidos sejam caracterizados como *socialistas revolucionários*, devendo ser mais precisamente caracterizados como *nacional-reformistas / socialistas reformistas*. Uma hipótese para se compreender como um pequeno número desses partidos – no caso dos PCs – foi capaz de transcender na prática o etapismo stalinista e direcionar os processos revolucionários dos quais era *sujeito político* contra a burguesia nativa e os capitais imperialistas é que isso tenha sido em alguma medida fruto da *independência relativa* dele em relação ao centro dirigente internacional moscovita, derivada de condições peculiares, que não se fizeram presentes em outros casos de processos revolucionários que tiveram PCs a sua frente.

Por mais que se apegassem a dogmas etapistas sobre o caráter dessas revoluções ou, no caso de Cuba, sequer defendessem formalmente o socialismo, por uma série de especificidades históricas, esses *sujeitos políticos* estavam por demais afastados do rígido controle moscovita – que garantiu a permanência de tantos PCs em uma via de colaboração de classes frente a processos revolucionários, mesmo que isso tenha levado quase a seu extermínio, como na Grécia, em 1944-45 – e (ou talvez) mais abertos a ideias socialistas revolucionárias anticapitalistas – abertura que, conforme se verá adiante, teve muito a ver com a interação de suas bases com o insurgente proletariado urbano (algo que Petras, 1978b, acerta em destacar, apesar de não debater o fato da estratégia dos PCs não ser socialista revolucionária).

No caso iugoslavo e albanês, os PCs se encontravam há anos na clandestinidade e com um contato distante com Moscou, portanto sem um controle rígido vindo da URSS, além de se tratarem de países que eram parte da “zona soviética” segundo os acordos de Yalta e Potsdam – diferentemente, por exemplo, da Grécia, onde o “Pacto de Varkiza” levou o PC a desarmar a classe trabalhadora e ajudar a reconstruir a ordem burguesa, que ruína com a vitória da resistência sobre o nazi-fascismo. No caso chinês, a experiência de submissão política e organizativa ao partido burguês nacionalista Kuomintang durante o processo revolucionário de meados dos anos 1920 (“Segunda Revolução Chinesa”) foi simplesmente desastrosa, tendo tido um alto custo humano para o PC, que depois precisou fugir para o sul do país, de onde se engajou em duas décadas de guerra civil contra tal partido, conquistando territórios nos quais implementou um regime anticapitalista (a “República Soviética da China”). No caso coreano e vietnamita, além de circunstâncias similares às anteriores (não figurarem nos acordos de Yalta e Potsdam como regiões estratégicas para o imperialismo, existência de longas guerras civis que isolaram os PCs na clandestinidade), houve ainda o importante fator da intervenção militar chinesa, em defesa da integridade de seu território contra a ameaça estadunidense e, de forma semelhante, no caso laociano houve a intervenção militar norte-vietnamita.<sup>7</sup> A título de exemplo, vejamos mais de perto os caos chinês e cubano.

#### **4.1. O programa do sujeito político da Revolução Chinesa e sua dinâmica<sup>8</sup>**

<sup>7</sup> Para referências, remeter às notas 2 e 6.

<sup>8</sup> Aqui recupero, com algumas modificações e consideráveis acréscimos, reflexões anteriormente publicadas em MONTEIRO, 2016a: 239-250. O material aqui utilizado como referência geral é:

Na China, durante a revolução nacional-democrática de 1925-27, a *Comintern* stalinizada impôs ao PC que estabelecesse uma aliança político-militar com o partido nacionalista burguês Kuomintang (KMT). O KMT, originalmente liderado por Sun Yat-sen, almejava libertar o país do jugo imperialista e das antigas oligarquias rurais (os “senhores da guerra”) e estabelecer uma república democrática, tendo para tal ingressado na via insurrecional no começo dos anos 1920.

Pode-se afirmar com alguma segurança que se tratou de um dos últimos episódios de um setor burguês expressivo buscando fazer uso da via revolucionária para alterar a ordem vigente. Na maior parte dos casos pós-“Primavera dos Povos” (1848), o que se observou como regra foi aquilo que Lenin nomeou de “via prussiana”, Barington Moore Jr. de “modernização conservadora” e Gramsci de “revolução passiva”, ratificando a afirmação de Marx sobre o encerramento da fase revolucionária da burguesia por conta dos riscos de uma revolução em um cenário no qual já havia uma classe subalterna antagônica a ela, o proletariado.

A aliança almejada pela liderança da *Comintern* – contra o desejo da maioria dos líderes do PC chinês – levou à submissão política do PC ao KMT, chegando ao ponto da dissolução parcial do primeiro nas fileiras do segundo, tendo aquele passado a atuar como uma ala interna deste. Indo mais além, a *Comintern* nomeou o sucessor de Yat-sen na liderança do KMT, Chiang Kai-shek, como seu membro honorário.

Enquanto durou tal aliança, não foram poucas as ocasiões em que a liderança do KMT silenciou os comunistas nos fóruns internos do partido ou mesmo prendeu alguns deles. Mas ela só foi rompida de fato quando o KMT enfim conseguiu conquistar a porção norte do país, em março de 1927, obtendo o controle da maior parte do território. Essa mudança de atitude do KMT se deu sob a pressão da crescente mobilização proletária, que, independente da orientação de *colaboração de classes* do PC, começou a se chocar cada vez mais com parcelas da burguesia nativa.

O papel do proletariado organizado na frente antifeudal e anti-imperialista implicou uma passagem a segundo plano das lutas capital *versus* trabalho (ao menos em relação aos proprietários nativos). Não obstante, ao longo de 1925-26, o movimento operário floresceu com vigor, criando e expandindo organizações próprias nos territórios liberados e sob governo do KMT. Como fruto dessa expansão, foi celebrado, em 1925, um representativo segundo congresso nacional dos trabalhadores chineses,

que lançou uma organização sindical nacional e chamou pela intensificação das lutas proletárias. Conforme a força do proletariado (e sua consciência acerca dessa força) foi crescendo, a colaboração de classes foi erodindo, culminando em uma ruptura efetiva da frente entre capital e trabalho em 1927.

Em maio de 1925, eclodiu uma greve de três meses em Shanghai, em resposta ao assassinato de um trabalhador de um moinho japonês por parte de policiais ingleses. Ela se espalhou para Cantão e até mesmo para Hong Kong (então dominada pela Inglaterra), tendo nesses lugares durado 16 meses e envolvido um boicote a produtos estrangeiros. O comitê de greve em Cantão, sob direção do PC, se tornou um verdadeiro segundo governo: coordenava a luta, empregava os grevistas fugidos de Hong Kong, e até mesmo tinha milícias próprias. A demanda principal dessa luta era a saída dos proprietários estrangeiros, de forma que a burguesia nativa foi poupada, e até mesmo forneceu auxílio, através de sua Câmara de Comércio. Mas a situação começou a mudar com o intenso surgimento de sindicatos ao longo de 1926-27, nos territórios recém-liberados, e com a eclosão de conflitos contra proprietários nativos.

Em resposta ao transbordar das lutas contra os negócios da burguesia chinesa, o governo do KMT atuou no sentido de buscar preservar a conciliação entre capital e trabalho, através de comissões quadripartites de negociação, como forma de evitar a explosão da frente única. Mas o proletariado vinha ganhando crescente importância nessa frente, através da participação ativa de trabalhadores nas fileiras da expedição norte do KMT e da realização de greves e ações de sabotagem para favorecer o avanço do exército nacionalista e a conquista das cidades.

A ruptura definitiva entre capital e trabalho na frente nacionalista se deu quando, em março de 1927, os trabalhadores de Shanghai conseguiram expulsar os senhores da guerra através de uma greve geral sob coordenação do PC, depois de duas tentativas fracassadas. A burguesia nativa e o KMT se alarmaram com a força proletária e sua crescente organização imediatamente após a conquista da cidade. Apesar das concessões feitas pelo PC ao KMT, como o desarmamento das milícias proletárias, este perpetrou um massacre contra os trabalhadores quando sua tropa vinda do sul, liderada por Kai-shek, chegou à cidade, em abril. A repressão seguiu contra as greves e protestos que surgiram em resposta, incluindo a dissolução de sindicatos e proibição de greves compensatórias. A situação se espalhou para o restante do território controlado pelos nacionalistas, e os comunistas passaram a ser perseguidos, presos e fuzilados.

Em resposta a essa atitude do KMT, a *Comintern* orientou o PC chinês a um giro de 180°, no qual este deveria abandonar a política até então seguida, de colaboração de classes com a burguesia nativa, e se alçar ao poder unilateralmente, através da construção de *soviets* de trabalhadores naquelas cidades onde possuía maior influência. Essa mudança radical, por ter ocorrido após o KMT já ter se consolidado política e militarmente na maior parte do território chinês, teve um alto preço. Naquelas cidades em que conseguiram tomar o poder, como em Cantão, em dezembro de 1927, os comunistas foram massacrados pelas tropas nacionalistas.

Após as derrotas sofridas, o PC se retirou para a porção sul do país, consideravelmente mais rural, onde a indústria praticamente não existia, tendo contado com a formação de guerrilhas camponesas para se sustentar militar e politicamente – as quais, mais tarde, deram forma a seu “Exército Vermelho”. Foi nesse contexto em que Mao Tse-tung se tornou cada vez mais proeminente entre os comunistas chineses. A luta contra o KMT se prolongou até o começo da década de 1930, com o endosso da *Comintern*. Esta demandou ainda a formação de um “governo soviético”, centralizado nas zonas sulistas controladas pelo PC e suas guerrilhas camponesas, de onde se originou uma “República Soviética da China”.

Em 1931, enquanto ainda perduravam as investidas militares do KMT para retomar o controle das zonas sulistas dominadas pelo PC, o Império Japonês iniciou uma operação de ocupação da região chinesa da Manchúria. Enquanto os japoneses pouco a pouco conquistaram mais territórios chineses, o KMT seguiu concentrando seus esforços em derrotar o PC e suas guerrilhas camponesas.

Sob esse novo contexto, os comunistas chineses relançaram a proposta de uma frente nacional com o KMT, em prol da expulsão das forças de ocupação. Diante da negativa do KMT, o PC lançou, em 1934, a sua “Longa Marcha”, através da qual o recém-fundado “Exército Vermelho” cruzou o país em direção ao norte, liberando áreas rurais do controle do KMT e recrutando novos membros, com o objetivo de alcançar as zonas sob controle japonês e lá travar uma luta contra as tropas de ocupação. Foi apenas em 1936 que o KMT aceitou formar uma nova aliança com o PC, em grande parte por pressão vinda de suas próprias tropas, perante a influência da agitação comunista pró-libertação nacional.

Nesse contexto de renovada aliança entre o PC e o KMT, todo o discurso socialista do período 1927-34 arrefeceu-se. Nesse sentido, em 1937, a liderança da *Comintern* stalinizada aprovou teses que estabeleciam como tarefa central na China a

luta unificada contra o imperialismo japonês, mesmo que esta se fizesse às custas das zonas sulistas conquistadas nos anos anteriores e dos avanços sociais nelas realizados. Dessa forma, tal liderança retomou sua defesa de uma submissão política dos trabalhadores chineses à burguesia “democrática” (isto é, ao KMT), em detrimento de uma revolução socialista. Conforme o discurso de Georgi Dimitrov na reunião de 10 de agosto de 1937, do Comitê Executivo da *Comintern*:

A questão hoje na China não é de sovietação, mas de impedir o povo chinês de ser devorado pelo imperialismo japonês. É necessário unir largas forças do povo chinês na luta contra a agressão japonesa para que se mantenha a independência, liberdade e integridade do povo chinês. E aqui o partido deveria – e no geral ele o fez – fazer a transição para a posição de luta não pela sovietação da China, mas pela democracia, pela unificação das forças do povo chinês sob uma base democrática contra o imperialismo japonês, contra a agressão japonesa.

[...]

E agora as discussões e conversas com o Kuomintang e com Chiang Kai-shek estão em curso. Nosso partido está pronto e já tomou os primeiros passos rumo a transformar e reconstruir na prática as regiões soviéticas, de soviéticas a serem democráticas, onde o governo Soviético é transformado em governo de uma Região Especial, e o Exército Vermelho está sendo transformado não em Exército Vermelho dos Soviéticos, mas enquanto parte conjunta do exército anti-imperialista de todos os chineses etc. (DIMITROV, [1937], s.p.)

Não obstante tal orientação, a guerra conjunta contra a ocupação japonesa, lançada oficialmente em 1937 e concluída com o armistício japonês em fins de 1945, enfraqueceu demasiadamente o KMT, ao passo que o PC expandiu sua influência de maneira vertiginosa. Conforme aponta Archie Brown (2009:179-180), nesses anos, as áreas sobre controle do PC pularam de uma população de 4 para 95 milhões, enquanto suas tropas passaram de 100 mil soldados para 900 mil. Ademais, apesar das tropas do PC terem desempenhado um papel mais modesto do que as do KMT ao longo do conflito, quando da entrada de tropas soviéticas na região da Manchúria, em 1939, elas conseguiram se ligar a estas e tomaram o controle de várias cidades importantes da porção norte do país.

Até então, suas ações principais tinham consistido em investidas guerrilheiras para expropriar terras, as quais muitas vezes sequer estavam em controle dos japoneses ou de seus aliados locais, mas de senhores de terras chineses. Todavia, no momento de sua atuação nas zonas ao norte do país, o PC passou a angariar amplo apoio popular, como suposto representante dos interesses nacionais e patrióticos, uma vez que, entre 1931-37, o KMT pouco fizera contra os paulatinos avanços japoneses.

Dessa forma, o KMT encontrava-se bastante fragilizado militarmente ao fim da guerra, sem muito apoio popular e ainda por cima enfrentando uma fortíssima inflação, o que fazia tal apoio diminuir cada vez mais conforme crescia a pobreza nas cidades do norte. Foi sob tais condições desfavoráveis que a guerra civil entre o KMT e o PC foi retomada, apesar de um acordo de coalizão ter sido tentado ao fim do conflito com os japoneses, através da iniciativa dos EUA e com o apoio dos dirigentes do Kremlin.

Guiados pela lógica de “coexistência pacífica” com o imperialismo e, portanto, de não realização de novas revoluções socialistas, os dirigentes da URSS e da *Comintern* orientaram o PC a se limitar aos territórios já conquistados e estabelecer um *modus vivendi* com o KMT. Esse acordo, além de buscar agradar aos EUA e à Inglaterra, a quem o KMT havia se aliado política e militarmente, também foi fruto de acordos firmados entre Chiang Kai-shek e Stalin pela “independência” da Mongólia, que passou a ser mais um dos satélites político-sociais da URSS. Todavia, diante das vantagens político-militares que obtivera ao longo dos anos anteriores, o PC chinês resolveu não seguir as diretivas vindas do Kremlin e, assim, entre 1945-49, teve lugar a chamada “Terceira Revolução Chinesa”, que culminou na vitória militar do PC sobre o KMT.

Além dos fatores já mencionados, outros dois ainda favoreceram os comunistas chineses em sua luta pelo poder. Entre eles, cabe destacar o fato do KMT não poder atender aos interesses dos revoltosos camponeses, desejosos por repartição das terras, uma vez que tinha nos senhores de terras seu principal pilar no campo. Deve-se ressaltar também que o KMT deixou que parte de suas tropas se desmobilizasse após a rendição japonesa, sendo que muitos dos ex-soldados – e grandes camadas das classes subalternas – se encontravam amplamente insatisfeitos com a falta de perspectiva de uma vida melhor sob o governo nacionalista, dado a grave situação em que se encontrava o país: inflação de 25% por semana; falta de comida; fechamento de empresas e lojas por impossibilidade dos trabalhadores subnutridos desempenharem suas funções; desemprego em massa; mortes e doenças por inanição; revoltas e banditismo em grande escala. Ademais, como os EUA estavam interessados em evitar conflitos com a URSS, demandaram que o KMT não se aproximasse das zonas ocupadas pelas tropas soviéticas, como na Manchúria, tendo inclusive realizado um embargo para carregamentos de armas e munições diante da negativa deste.

Ao longo do conflito PC-KMT, a postura dos dirigentes do Kremlin seguiu sendo aquela adotada no VII e último Congresso Mundial da *Comintern* (1935), isto é,

advogaram por uma aliança com a burguesia chinesa durante a guerra contra os japoneses e a guerra civil entre o PC e o KMT. Conforme uma carta de Stalin a Mao, de abril de 1949:

Deve-se ter em mente que, após a vitória dos exércitos populares de libertação da China – ao menos durante um período pós-vitória, cuja definição é difícil definir agora – o governo chinês, no que tange a sua política, será um governo nacional democrático-revolucionário, ao invés de comunista. (*Apud* BROWN, 2009:183)

Isso significava que não se deveria expropriar as propriedades da burguesia nativa ou dos senhores de terras, tarefa esta que ficaria para um futuro incerto. Além disso, apesar do balanço negativo da experiência prévia de aliança com o KMT nos anos 1920 ter levado a uma alteração das figuras dirigentes dentro do Partido, a partir da qual passou a se destacar Mao Tse-tung e sua estratégia da “Nova Democracia”, este não fugiu ao cânone *etapista* do stalinismo. Se tal experiência fez com que Mao e seus aliados na direção do PC chinês negassem a perspectiva de um governo de coalizção com o KMT, sua alternativa de “Nova Democracia” continuava a preconizar uma revolução de caráter *nacional-democrático*, a qual deveria contar com a burguesia “nacional” entre seus sujeitos sociais, ainda que fosse liderada pelo proletariado e pelo campesinato.

Dessa forma, Mao resgatava a ideia do “bloco das quatro classes”, isto é, uma aliança entre o proletariado, campesinato, pequena-burguesia e burguesia nacional em prol de uma revolução “democrático-burguesa”. Tal ideia foi originalmente formulada pelo principal teórico do *etapismo* stalinista, o (ex) menchevique Alexandr Martinov. Mas, no caso de Mao, havia a diferença de que o PC deveria não só ser o *sujeito político* do processo, como deveria também gozar de independência organizativa. Nas palavras do próprio, em texto de janeiro de 1940:

No curso da sua história, a revolução chinesa deve passar por duas etapas, primeiro a revolução democrática, e segundo a revolução socialista, e por suas próprias naturezas elas são processos revolucionários distintos. Aqui a democracia não pertence à velha categoria – não é a velha democracia, mas pertence à nova categoria – é a Nova Democracia.

Sem dúvida, a presente revolução é a primeira etapa, que vai desenvolver a segunda etapa, a do socialismo, em uma data posterior. E a China vai atingir a verdadeira felicidade apenas quando ela entrar na era socialista. Mas hoje não é ainda o tempo de introduzir o socialismo. A presente tarefa da revolução na China é lutar contra o imperialismo e o feudalismo, e o socialismo está fora de questão até que esta tarefa esteja completada. A revolução chinesa não pode evitar passar por duas etapas, primeiro de Nova Democracia e então a do socialismo. Além do mais, a primeira etapa vai

precisar de um tempo bastante longo e não pode ser cumprida da noite para o dia. Nós não somos utópicos e não podemos nos esquecer das reais condições que nos confrontam. (TSE-TUNG, [1940])

Essa linha *etapista e nacional-democrática* continuou a ser defendida por Mao ao longo dos anos de guerra contra o KMT, conforme pode ser visto por estas passagens de um artigo de 1945, no qual se discute a perspectiva de um governo de coalizão com a “burguesia nacional”:

É claro que ainda há contradições entre essas classes, notavelmente a contradição entre trabalho e capital, e conseqüentemente cada um tem suas próprias demandas particulares. Seria hipócrita e errado negar a existência dessas contradições e demandas diferenciadas. Mas ao longo da etapa da Nova Democracia, essas contradições, essas demandas diferenciadas, não vão crescer e transcender as demandas que todos têm em comum e não se deve permitir isso; elas podem ser ajustadas. Dado tal ajuste, essas classes podem juntas cumprir as tarefas políticas, econômicas e culturais do novo Estado democrático.

[...]

Algumas pessoas suspeitam que os comunistas chineses se opõem [oponham] ao desenvolvimento da iniciativa individual, o crescimento do capital privado e a proteção da propriedade privada, mas eles estão enganados. É a opressão estrangeira e a opressão feudal que aprisionam cruelmente o desenvolvimento da iniciativa individual do povo chinês, dificultam o crescimento do capital privado e destroem a propriedade do povo. É a própria tarefa da Nova Democracia que nós reivindicamos a remoção desses empecilhos e a interrupção dessa destruição, para garantir que o povo possa desenvolver livremente suas individualidades dentro do quadro da sociedade, e desenvolver livremente tal economia capitalista privada, pois ela vai beneficiar e não “dominar a subsistência das pessoas”, e proteger todas as formas apropriadas de propriedade privada. (TSE-TUNG, [1945])

Em fevereiro de 1949, o rebatizado “Exército Popular de Libertação”, sob o controle do PC, conquistou a capital Pequim, proclamando um novo governo nacional no dia 1º de outubro e a fundação da “República Popular da China”. Em novembro do mesmo ano, foi conquistada a última cidade importante que ainda estava sob o domínio do KMT, fazendo com que seus líderes fugissem para a ilha de Taiwan (Formosa) no começo do mês seguinte e proclamassem ali a manutenção de seu governo.

Baseado na estratégia do “bloco das quatro classes”, o PC buscou a aliança da burguesia nativa e da pequena burguesia urbana após a conquista do poder, como na formação da “Conferência Consultiva Provisória do Povo” (uma espécie de pré-parlamento), na qual participavam os chamados “partidos democráticos” (das classes médias e da *intelligentsia*), inclusive superando bastante o número de delegados formalmente atrelados ao PC; ou na composição do primeiro gabinete ministerial, em que 11 dos 24 membros não possuíam ligação com o PC. De forma similar, o

“Programa Comum”, então adotado para o governo, focava em tarefas imediatas, especialmente de “reconstrução nacional”, ficando objetivos socialistas descartados por hora.

Os inimigos do novo regime eram definidos como o “imperialismo” (empresas estrangeiras), o “capitalismo burocrático” (um pequeno número de empresas ligadas a dirigentes do KMT, que foram expropriadas) e o “feudalismo” (senhores de terras). Até mesmo camponeses ricos foram poupados nesse primeiro momento, tanto para fins de recuperação econômica, quanto para não alarmar a burguesia nativa. Esse regime o PC apresentava como sendo um “Estado democrático” e uma “ditadura democrática popular”, onde estavam supostamente aliadas, sob a dominação do proletariado, a burguesia nativa, o campesinato e a pequena burguesia – e tal orientação perdurou até 1953-54.

Logo nos primeiros momentos, parte da burguesia imperialista foi expropriada sem indenização, e a grande burguesia nativa fugira do país, assustada (o que não impediu o partido de apelar por seu retorno em prol da “reconstrução nacional”), permanecendo apenas seus extratos inferiores. Apesar de ter o controle da China continental e de assegurar na nova constituição (adotada em outubro) a permanência e defesa da propriedade privada, o PC encontrou sérias dificuldades para governar em conjunto com representantes do que restara da burguesia nativa, uma vez que esta passou a criar tensões cada vez maiores com vistas a desestabilizar o governo de coalização no qual fora inserida.

A situação se agravou ainda mais com a eclosão da Guerra da Coreia, em 1950. De forma semelhante, esse país também sofrera com o imperialismo japonês, que o anexara após a Guerra Russo-japonesa, de 1905. Acordos diplomáticos firmados entre as potências Aliadas almejavam uma Coreia independente, o que havia sido decidido na Conferência do Cairo, realizada em 1943, com a presença de Churchill, Roosevelt e Kai-shek, e reafirmado na Conferência de Potsdam, realizada em 1945, com a presença de Attlee, Truman e Stalin.

Assim, em 1945, as tropas soviéticas expulsaram as forças japonesas da parte norte da península coreana, enquanto uma coalização, liderada pelos EUA, fez o mesmo na parte sul. A partir da expulsão dos japoneses, enquanto no sul foi formado um governo provisório dominado pela burguesia nativa sob os auspícios dos EUA, no norte o PC local assumiu o poder, expropriando a burguesia nativa e os capitais imperialistas entre 1945-56, e estabelecendo um regime repressor, em detrimento da experiência de

autogoverno proletário do *Chon Pyong* (“Conselho Nacional dos Trabalhadores”). Em 1948, os EUA tentaram reverter essa divisão através de eleições chanceladas pelas Nações Unidas, mas nenhum dos dois governos coreanos aceitou a proposta. Em agosto daquele ano, foi proclamada a “República da Coreia”, ao sul, que almejava controle sobre a totalidade da península. Em resposta, o norte proclamou a “República Popular Democrática da Coreia”.

Entre 1948 e 1950, seguiram-se esforços diplomáticos por parte das grandes potências internacionais em prol de uma unificação. Todavia, conforme as tensões entre os dois lados cresceram, a Coreia do Norte lançou um ataque militar para conquistar o sul da península, em julho de 1950, que, entretanto, não obteve o rápido sucesso que o PC local esperava, especialmente por conta da formação de uma coalização internacional legitimada pela ONU, que interviu em socorro do governo do sul. Em resposta, a URSS (que, secretamente, apoiou a investida do norte) pressionou a China para enviar tropas em auxílio e também forneceu algum suporte aéreo. O PC chinês, todavia, não estava muito interessado em se engajar em uma nova guerra, tanto devido ao desgaste da população chinesa, com tantos anos de conflito interno, quanto devido ao medo de uma possível represália estadunidense.

Cedendo, ao final, às demandas dos dirigentes moscovitas, e também preocupado com a integridade de seu território, o novo regime chinês entrou no conflito coreano em fins de outubro de 1950, garantindo a sobrevivência do regime do norte, que não obteve a almejada conquista da totalidade da península, e assinou um armistício em julho de 1953, o qual reafirmou as fronteiras fixadas no paralelo 38. Internamente, foi nesse começo da década de 1950 que teve início uma forte repressão ao dissenso por parte do PC chinês e do governo por ele encabeçado. Também foi no período 1950-54 que teve lugar a expulsão dos representantes burgueses do regime e a nacionalização do grosso da indústria chinesa, especialmente a pesada, e a expropriação dos capitais nativos, ao que se seguiu o começo do planejamento econômico, via um primeiro “Plano Quinquenal”.

Mais especificamente, na virada de 1952-53, através das campanhas “anti-cinco” e “anti-três”, o regime do PC eliminou o grosso do que restara da burguesia, ao promover investigações contra corrupção nas empresas e punições com pagamentos retroativos de impostos e multas, de forma que os proprietários ou foram reduzidos a pequenos acionistas em empresas mistas, sob o controle majoritário do Estado, ou receberam compensação na forma de títulos não hereditários.

Do ponto de vista econômico, as campanhas “anti-três” e “anti-cinco” significaram o aperto, interno (via gestão) e externo (via dívidas), do controle estatal. Esse controle e o conhecimento de gestão, adquirido a partir das investigações e expansão de quadros partidários no interior das empresas, possibilitaram a construção de uma economia (burocraticamente) “planificada”.

No entanto, conforme aponta Aron Shai (2003), não houve nacionalização da propriedade estrangeira propriamente dita, mas uma “captura”, que, em certa medida, inverteu a relação imperialista, de remessas de lucro do centro para a periferia. Por certo tempo, o regime buscou preservar a propriedade burguesa, nativa e estrangeira, dado que ela concentrava a indústria mais avançada e, sem seus proprietários e gestores, não seria possível mantê-la funcionando adequadamente, dada a falta de habilidades dos quadros do novo regime. Ademais, a economia se encontrava devastada.

No período seguinte, marcado pela tensão decorrente da Guerra da Coreia (1951 em diante), não houve uma expropriação direta, mas uma série de medidas que, para os proprietários, foram, na prática, equivalentes. Como afirma Shai (2003:105), os aluguéis foram congelados, a taxaçoão subiu, foram feitas exigências por reparos consideráveis sem muita antecedência, e multas enormes foram impostas. Os proprietários foram forçados também a contratar força de trabalho acima do estritamente necessário para o funcionamento de suas empresas. Além disso, os proprietários estrangeiros tornaram-se “reféns” do governo, não podendo encerrar as atividades das empresas sem entregarem seus ativos, além de não poderem deixar o país sem uma autorização especial, muitas vezes sendo detidos ou presos. Assim, para seguir funcionando, as empresas acabavam forçadas a importar dinheiro das sedes no estrangeiro, ao invés de remeter dinheiro a elas, de forma que deixaram de ser lucrativas.

A partir de 1954, com o relaxamento derivado do armistício na península coreana, a alternativa para os proprietários estrangeiros passou a ser entregar seus ativos em troca do perdão de seus passivos, que, em grande parte, foram acumulados em decorrência das multas e imposições, pelo regime, de contratação de mão de obra. Era o governo, entretanto, que decidia se uma empresa poderia fechar ou não, de forma que a “sufocava” ao protelar a permuta e permitir, assim, que seus passivos crescessem, às vezes até acima dos ativos, forçando a sua entrega.

Já na agricultura, de imediato apostou-se na distribuição de terras e na formação de cooperativas para a produção. Do início formal da reforma agrária, em junho de 1951, até junho de 1955, apenas 14% das famílias rurais encontravam-se organizadas

nessas cooperativas (mais especificamente, nas de “tipo inferior”, que apenas juntavam as parcelas e meios de produção familiares), estando 50% organizadas em grupos de ajuda mútua, nos quais detinham a propriedade das parcelas de terras utilizadas e dos meios de produção. Em junho 1955, o regime decidiu realizar a coletivização das terras, de modo que, no ano seguinte, os números mudaram drasticamente, com 97% das famílias se encontrando nas cooperativas de “tipo superior”, nas quais a propriedade da terra e dos meios de produção era coletiva.

Foi em outubro de 1953 que foi publicamente anunciada uma “linha geral de transição ao socialismo” e que foram elaborados planos de alcance anual, que, em 1955, se tornaram o primeiro plano quinquenal (1953-57). Todavia, o *gradualismo* e a *colaboração de classes* continuaram sendo enfatizados, prevendo-se um período de 15 anos de transição gradual à liquidação do capitalismo, cuja primeira fase incluiria a burguesia nativa, na forma de um “capitalismo de Estado”, com empresas mistas privado-estatais. Não obstante, em 1952, o Estado já era responsável por 70-80% da indústria pesada, 40% da leve e mais de 50% das trocas comerciais, além de ter aumentado sobremaneira o controle sobre as empresas privadas, transformadas em “mistas”. O regime só assumiu de forma aberta o projeto de transformação “socialista” do país em 1956, através das “Três Transformações Socialistas” – expropriação da burguesia industrial, expropriação do comércio urbano e implantação de um movimento cooperativo no campo. As “Três Transformações”, entretanto, se limitaram a sancionar uma situação já existente, dado que o capital privado à época quase inexistia.

Pode-se constatar, portanto, que a Revolução Chinesa não ocorreu sob o signo do *socialismo*, mas da *libertação e unificação nacional*, da *reforma agrária* e do estabelecimento de uma *república democrática*. Fez-se, portanto, sob o signo da “revolução democrático-burguesa”. Foi apenas no início dos anos 1950, no contexto da Guerra da Coreia e das ameaças do imperialismo estadunidense, que houve uma mudança no discurso e na prática da liderança do PC em relação a buscar uma aliança com a burguesia nativa e manter o processo revolucionário dentro dos marcos do capitalismo.

#### **4.2. O programa do sujeito político da Revolução Cubana e sua dinâmica<sup>9</sup>**

---

<sup>9</sup> Aqui recupero, com algumas modificações e consideráveis acréscimos, reflexões anteriormente publicadas em MONTEIRO, 2016a:330-340. O material aqui utilizado como referência geral é: WINOCUR, 1989; ALEXANDER, 2002; CUSHION, 2012 e 2016; LISTER, 1985; TENNANT, 1999; PÉREZ-STABLE, 1999; DRAPER, 1961 e 1965; FERNANDES, 2007; AYERBE, 2004; GOTT, 2006.

No que concerne à Revolução Cubana, as suas duas características mais marcantes foram certamente o caráter do conflito militar que a precedeu, e o programa do *sujeito político* à frente do processo. O início do conflito militar se deu através da atuação de um exército de pequeno porte, que em parte atuava, sobretudo, na zona rural, realizando incursões pontuais contra alvos civis e militares do governo, isto é, uma *guerrilha*, organizada em “focos” dispersos. Já o Movimento 26 de Julho (M26J) à frente dessa força militar não só não era um Partido Comunista, como nas demais revoluções do pós-guerra, como sequer reivindicava formalmente ideias socialistas, apresentando-se como um grupo *nacionalista pró-democracia*.

A luta revolucionária em Cuba tem suas raízes na década de 1930. Em resposta aos desdobramentos da crise de 1929 no país, formou-se uma ampla oposição policlassista contra o regime ditatorial do general Gerardo Machado. No período 1932-33, a classe trabalhadora entrou em cena, através de uma onda grevista que, em agosto de 1933, culminou em uma greve geral. Durante essa greve, que se espalhou pelas grandes cidades e pelos centros de produção agrícola, os trabalhadores se armaram, ocuparam empresas e, em alguns locais, surgiram órgãos proletários de autogestão. Isso fez Machado fugir do país e o exército ruir. Apenas em outubro, a ordem burguesa voltou a ser estabelecida, através do esforço do sargento Fulgêncio Batista – que cumprira um papel dirigente na investida contra Machado – em reorganizar o exército e um novo governo nacionalista, encabeçado pelo professor Ramón Grau San Martín (sustentado pelo grupo terrorista Diretório Estudantil), além de realizar uma série de concessões, as quais conseguiram que os trabalhadores desocupassem as empresas e retornassem ao trabalho.

Durante seu curto governo de cem dias, Grau San Martín alterou a estrutura sindical do país, barrando trabalhadores estrangeiros como uma forma de afetar o Partido Comunista e impondo formas de tutela estatal aos sindicatos. Mas, por contradizer certos interesses econômicos dos EUA, foi derrubado por um golpe liderado por Batista, em janeiro de 1934, o qual lançou uma onda repressiva contra a classe trabalhadora. Ainda assim, seguiram-se greves, e novos grupos oposicionistas foram formados, como o pacifista liberal-nacionalista Partido Revolucionário Cubano (Autêntico) (ou simplesmente Partido Autêntico), organizado por Grau San Martín desde seu exílio no México, sob o lema “Cuba para os cubanos”, e o terrorista socialista Jovem Cuba. Até março de 1935, ocorreram uma série de greves e lutas proletárias contra o novo regime, controlado de fato por Batista, incluindo uma tentativa de greve

geral, que contou com nova onda de ocupações de empresas e terras / engenhos, durante cerca de uma semana, entre fevereiro e março de 1935. Essa tentativa de ofensiva proletária, entretanto, fracassou por divergências entre as lideranças, e sua derrota marcou o início de um regime autoritário, de tipo bonapartista, encabeçado por Batista.

Em 1940, ele promulgou uma nova Constituição e se elegeu presidente, governando até 1944, quando deixou o país, ao fim do mandato. Batista retornou para disputar o pleito de 1952, e, tendo sido derrotado nas urnas, liderou um golpe militar e estabeleceu uma ditadura baseada nas forças armadas. Desde que se estabeleceu em 1952, a ditadura encabeçada por Batista buscou servir a dois senhores. Por um lado, ela favoreceu o aprofundamento do predomínio estadunidense sobre a economia do país, exacerbando ainda mais as profundas desigualdades sociais então existentes<sup>10</sup>. Por outro, organizou uma ofensiva produtivista para aumentar as taxas de lucro da burguesia nativa, conforme aponta Steve Cushion:

A queda do preço do açúcar causou uma crise na economia e, de fins de 1954 até o final de 1956, houve um esforço concentrado por parte do governo e dos patrões para elevar a produtividade através da redução dos salários dos trabalhadores e diminuição do número de empregados. Isso foi alcançado através de uma combinação de colaboração com a burocracia dos sindicatos e níveis relativamente baixos de repressão estatal, com a polícia habitualmente batendo em trabalhadores com porretes e estonteando-os com mangueiras de incêndio, mas com pouquíssimas mortes. (CUSHION, 2016: 15)

Como forma de manter seus lucros, os interesses empresariais necessitavam elevar a produção, o que eles almejavam fazer através do corte de salários, diminuição do número de empregados e introdução de novo maquinário. Uma tal redivisão do produto interno em favor do capital e em detrimento do trabalho não se mostrou possível sob um regime democrático. Isso fez com que setores significativos dos empresários cubanos e dos EUA apoiassem a solução autoritária oferecida por Fulgêncio Batista, na expectativa de que um regime autoritário romperia a resistência dos trabalhadores em prol da implementação das medidas de redução de custos.

O governo Batista apoiou e coordenou uma ofensiva dos principais grupos patronais visando a redução dos custos salariais, tendo primeiro assegurado o apoio das lideranças sindicais ao corruptamente promover os interesses pessoais da burocracia. [...] Sempre que havia um risco de grupos de trabalhadores ultrapassarem os limites colocados pela burocracia, o governo utilizava de força repressiva para derrotá-los (CUSHION, 2012:213)

Apesar dos benefícios colhidos com tal ofensiva produtivista, o aprofundamento da dependência econômica em relação aos EUA fez com que setores da burguesia nativa

---

<sup>10</sup> Cabe aqui ressaltar que, desde a independência formal da Espanha, Cuba se tornara uma semicolônia dos EUA. Destacam-se duas consideráveis violações de sua soberania: um dispositivo em sua Constituição, que permitia a intervenção político-militar norte-americana, caso se fizesse necessário defender os investimentos estrangeiros no país (“Emenda Platt”), e a base de Guantánamo, território dos EUA incrustado na ilha.

se afastassem politicamente de Batista, em decorrência da concorrência desfavorável que passaram a ter diante do crescente influxo de capitais imperialistas. Uma ampla coalização oposicionista foi formada, mas os setores burgueses nela envolvidos não podiam enfrentar Batista sem prejudicar, em alguma medida, seus próprios negócios e os da burguesia imperialista, à qual eram em parte submissos. Foi em tal contexto sociopolítico que surgiu e se fortaleceu o M26J, formado, sobretudo, por jovens estudantes universitários, defensores de ideias nacionalistas e que advogavam por um programa democrático-burguês moderado, centrado na demanda de retorno à Constituição de 1940 – incluindo a limitada reforma agrária nela prevista, e certa redistribuição de renda via participação dos trabalhadores nos lucros das empresas estrangeiras.

O mencionado programa precedia o M26J, sendo uma plataforma comum entre grupos oposicionistas à ditadura. Foi com base nele que Fidel Castro dirigiu o famoso e fracassado assalto ao quartel de Moncada, em 26 de julho de 1953 – realizado por membros da juventude do Partido do Povo de Cuba (Ortodoxo)<sup>11</sup>, desiludidos com o pacifismo de sua liderança, e que batizou o grupo por ele fundado ao sair da cadeia e seguir para o exílio no México, em meados de 1955. Esse programa também figurou no “Pacto da Serra”, firmado em 1957, entre o M26J e os “ortodoxos”, que conclamava à formação de uma “frente cívica revolucionária” para derrubar Batista e convocar eleições gerais. Além desse programa, claramente *democrático-burguês*, o M26J também possuía como referencial político central a figura do nacionalista José Martí, a principal liderança das lutas pela independência ante o domínio espanhol e pela formação de uma República Cubana na Segunda Guerra da Independência, ocorrida na década final do século XIX.

Ao longo de 1955-56, Castro e seus correligionários do M26J buscaram financiamento para dar início a um enfrentamento militar contra Batista, tendo para tal recorrido a empresários estadunidenses e cubanos descontentes com o regime. Em 1956, os membros do M26J que estavam no exílio retornaram para Cuba, a bordo do hoje famoso iate *Gramma*, e tentaram um ataque militar que supostamente desestabilizaria o regime de Batista, o qual deveria ter sido facilitado por uma “greve geral revolucionária” de escopo local, organizada por seus aliados na ilha. A empreitada,

---

<sup>11</sup> Ou simplesmente Partido Ortodoxo, uma racha de 1947 do Partido Autêntico, visto pelos dissidentes como degenerado pela corrupção da sua liderança durante o segundo governo de Grau San Martín, entre 1944-48.

todavia, também fracassou, em grande parte devido ao atraso da chegada do iate a Cuba, que impediu a sincronia dos elementos do plano. Os poucos sobreviventes do grupo vindo do exílio que não foram presos se refugiaram nas montanhas da Sierra Maestra, onde se dividiram em pequenas células e começaram a planejar novos assaltos a alvos militares do regime de Batista.

A partir da Sierra Maestra, o M26J passou a recrutar guerrilheiros entre os pequenos produtores locais, especificamente dos extratos inferiores do campesinato, que não possuíam propriedade da terra e eram dotados de “mobilidade tática”, devido ao afastamento geográfico em relação a seus senhores – os chamados *montunos*. Tais produtores eram uma camada pouco representativa em relação às forças sociais do campo em Cuba, e consistiam no seu setor mais pobre e iletrado, bem como o mais agarrado à ideia de pequena propriedade agrícola. Eram muito distintos, portanto, daquele “camponês” (na realidade, proletariado rural) empregado nas grandes indústrias rurais ligadas ao plantio e processamento de açúcar (núcleo da economia cubana), que protagonizaram diversas lutas econômicas e políticas ao longo dos anos 1930 e 1950. Foi somente nos momentos finais da luta do M26J que este setor, de corte proletário, adquiriu peso entre a base social e os membros da guerrilha.

A guerrilha não era o centro da estratégia do M26J para derrubar Batista, tendo sido adotada em decorrência do fracasso do plano inicial, que consistia em combinar o desembarque do grupo do *Gramma* com uma greve geral, que abrisse caminho para uma investida direta contra o poder central, no mesmo estilo *putschista*, tentado em Moncada anos antes (mas agora com auxílio do movimento operário). As investidas militares da guerrilha se tornaram sistemáticas ao longo de 1956-59, surtindo efeito a partir de meados de 1958, quando aumentaram de intensidade após o fracasso de um chamado à “greve geral revolucionária” de escopo nacional. Nesse momento, na realidade, a guerrilha já havia se transformado em um *ejército insurgente*, operando não mais através de pequenas células descentralizadas, mas na forma de colunas numerosas.

O fracasso da greve acima mencionada foi decorrente, em parte, da falta de coordenação com o Partido Comunista local, então nomeado Partido Socialista Popular (PSP), a principal força opositora à ditadura no movimento sindical. Não obstante, ele demonstra que o M26J contava com mais do que a guerrilha para derrubar Batista, possuindo uma importante rede urbana (da qual se tratará mais adiante), frequentemente menosprezada pela literatura sobre esse processo revolucionário.

A onda de terror desencadeada por Batista em resposta às ações do M26J ao longo de 1958 foi um dos principais fatores que o fez perder seu apoio popular entre as “classes médias” urbanas. Como resultado do crescente desgaste do regime, em março deste ano, os EUA pararam de enviar armamentos para o regime de Batista e, em dezembro, retiraram formalmente seu apoio a este. Nesse cenário desgaste, inclusive, os quadros do M26J (em particular o jovem Frank País, principal dirigente da rede urbana do grupo) mantiveram, ao longo de 1957, contato constante com a embaixada dos EUA em Cuba, através do intermédio da filha do dono da empresa Bacardi, buscando firmar uma aliança para a derrubada de Batista e para o futuro regime almejado.

Com a abdicação de Batista na noite de Ano Novo (1958-59) e a sua fuga para o exílio diante do avanço de diferentes colunas do exército insurgente em direção à capital, houve uma tentativa de assumir um regime militar continuísta. O M26J, todavia, se recusou a reconhecer tal regime e já havia planejado, com seus aliados, uma nova “greve geral revolucionária”. Combinada ao avanço do exército insurgente, esta greve geral, diferente daquela convocada no ano anterior, angariou um massivo apoio e paralisou as principais cidades do país, levando à abdicação do novo governo e também a um rápido desmantelamento das forças armadas. Assim, formou-se um amplo Governo Provisório, constituído pelos políticos liberais Manuel Urrutia, como Presidente, e José Miró, como Primeiro Ministro, além de Castro no papel de comandante das forças militares insurgentes que o sustentavam.

Esse governo foi reconhecido formalmente pelos EUA em pouco tempo, e saudado pela burguesia nativa anti-Batista. A política dos primeiros meses do governo revolucionário foi pautada por levar adiante uma série de reformas, especialmente visando a real soberania nacional e a redistribuição de terras. Ainda que dentro dos limites do capitalismo, essas reformas, dentre as quais se deve destacar a questão agrária, não tardaram a criar cisões entre os elementos burgueses, nativos e imperialistas. A contínua mobilização no campo em prol da reforma agrária, a qual os membros do M26J não só apoiavam, como lideravam, foi um fator de destaque sobre o qual se fizeram as mencionas cisões.

Com a crescente crise dentro do governo provisório, Miró abdicou em fevereiro, e Urrutia nomeou Castro como novo Primeiro Ministro. A aprovação da reforma agrária, em maio, gerou ainda mais resistência e culminou com a deposição, em julho, de Urrutia, sob a pressão do M26J, que chegou a mobilizar tropas rurais para marcharem sobre a capital, Havana.

Ainda que essa reforma meramente resgatasse elementos da Constituição de 1940 acerca da limitação das propriedades rurais e das expropriações com indenizações, ela deflagrou uma oposição burguesa e interferiu nos interesses imperialistas. Tal oposição incidiu sobre o M26J, levando-o a cindir-se em uma ala favorável e outra contrária à reforma. Foi em grande parte por conta desse conflito que Urrutia foi deposto em julho, como forma de garantir a realização da reforma. Nesses eventos, foi certamente fundamental a ligação do M26J com a força de trabalho rural ao longo do período guerrilheiro. Muito provavelmente, ela teria se rebelado contra a direção do M26J e desestabilizado o novo governo, caso a reforma não fosse aprovada.

As tensões entre os EUA e o governo hegemônico pelo M26J e aliado ao PSP cresceram cada vez mais ao longo do ano, de forma que, em novembro de 1959, se firmaram os primeiros acordos entre Cuba e URSS, centrados na troca de açúcar por petróleo cru. Em resposta, em junho de 1960, as empresas estadunidenses em Cuba (Texaco, Esso e Shell) se recusaram a refinar o petróleo de origem soviética, e, em julho, o governo dos EUA reduziu em 95% a importação de açúcar cubano. A intenção clara era forçar o novo governo a se distanciar da URSS e voltar atrás em suas medidas de cunho social, como a reforma agrária, mas o efeito foi o exato inverso: essas medidas o empurraram cada vez mais para a órbita da URSS.

Na esteira dessas pressões diplomáticas e econômicas dos EUA, e na sequência de uma série de ataques contrarrevolucionários e atos de sabotagem por parte de setores da burguesia nativa, com envolvimento da CIA – em especial o ataque aéreo a plantações de cana, em outubro de 1959 – o novo regime realizou, entre agosto e outubro de 1960, uma onda de expropriações de capitais imperialistas e nativos, que culminou na “planificação” econômica e no monopólio do comércio exterior.

Essas ações exigiram que o M26J aprofundasse sua aliança com o PSP, para poder incidir sobre o proletariado rural e urbano, essencial para dobrar a resistência burguesa / imperialista. Nesse novo contexto, Castro passou a favorecer sistematicamente a aliança com os stalinistas, mesmo que à custa do próprio M26J – como foi o caso da apresentação de chapas à liderança das centrais sindicais e estudantis do país (a CTC e FEU), na qual ele procedeu a um expurgo de membros anticomunistas de sua organização.

O PSP, todavia, não desejava que a burguesia “nacional” fosse expropriada, pois era adepto da estratégia *etapista* de revolução, que preconizava que uma revolução socialista em Cuba só poderia ocorrer após uma de caráter democrático-burguês e de um

longo período de desenvolvimento capitalista. Com a tentativa dos EUA de derrubar de assalto o novo governo, através da conhecida “Invasão da Baía dos Porcos”, em abril de 1961, as medidas adotadas em agosto-outubro do ano anterior se mostraram um caminho sem retorno. Nesse sentido, para não ser derrubado, o governo cubano deveria enfrentar abertamente o imperialismo e a burguesia nativa, como forma de não apenas implementar seu programa nacional-democrático original, mas até mesmo de garantir sua sobrevivência física.

Foi a partir desse momento que teve início a retórica socialista do regime, a qual mais tarde culminou na fusão do M26J com o PSP, formando o partido único do regime – a ORI (Organizações Revolucionárias Integradas), que posteriormente deu origem ao atual Partido Comunista de Cuba. Outra consequência foi a campanha para a repetição da experiência guerrilheira no restante da América Latina, via a Organização Latinoamericana de Solidariedade (OLAS), lançada já no final da década de 1960 (agosto de 1967).

As reiteradas promessas do M26J, ao longo dos anos de luta, de que não pretendia realizar nacionalizações, angariou amplo apoio e financiamento por parte de setores variados da sociedade cubana, incluindo até mesmo alguns banqueiros e capitalistas industriais descontentes com o regime de Batista. Daí a composição ampla do Governo Provisório e de seu rápido reconhecimento pelos EUA. Mas a base social do M26J ao longo do período da guerrilha foi a força de trabalho rural, e essa desejava muito mais do que o limitado programa democrático por ele defendido, de forma que o compromisso do M26J com tal base o levou a uma rota de colisão com a burguesia nativa e imperialista. Assim, uma revolução iniciada sob o signo do nacionalismo, com um programa claramente democrático-burguês, acabou por erodir e liquidar as relações capitalistas no país, expropriando política e economicamente os capitais imperialistas e a burguesia nativa.

##### **5. Sujeito social ignorado: como o proletariado moldou decisivamente esses processos**

Como compreender que processos cujos *sujeitos políticos* não almejavam realizar uma revolução socialista – ou, para colocar em termos mais amplos, a expropriação política e econômica dos capitais nativos e imperialistas – e cujos *sujeitos sociais* eram uma heterogênea e complexa força de trabalho rural, na qual o proletariado rural mal figurava, senão na forma de “camponeses objetivamente proletarizados”,

acabaram por entrar em rota de colisão com as relações capitalistas e suas classes dominantes?

Já foram levantados como hipóteses explicativas o fator “proletarização objetiva” da heterogênea força de trabalho rural que constitui o *sujeito social* desses processos, o fator “independência relativa” dos PCs que constituíram seu *sujeito política* (à exceção de Cuba) em relação aos dirigentes da URSS e seus interesses particulares de “coexistência pacífica” com o imperialismo e ainda o fator de reação autodefensiva à contrarrevolução burguesa. Mas é necessário adicionar ainda outro fator a essa equação, frequentemente ignorado pela literatura acerca das revoluções sociais do pós-guerra: a ação do *proletariado*, especialmente o *urbano*.

A enorme quantidade de processos revolucionários derrotados ao longo do século XX demonstrou a validade daquilo que é o núcleo da *Teoria da Revolução Permanente* de Leon Trotski, segundo a qual, sob a fase imperialista do desenvolvimento capitalista – aqui entendido enquanto um conjunto de relações sociais de âmbito mundial e em constante expansão – as burguesias da periferia não podem e não querem levar a cabo revoluções “democrático-burguesas” – compreendendo, por esse termo, a liquidação das antigas oligarquias fundiárias, através da realização de uma reforma agrária em benefício dos pequenos e médios camponeses; a liquidação da dominação de potências imperialistas sobre o país; e o estabelecimento de uma democracia burguesa. Pois, devido à dinâmica de *desenvolvimento desigual e combinado* do capitalismo, tais burguesias periféricas nasceram tardiamente em relação às suas irmãs imperialistas, encontrando um mundo já dividido e moldado pela dominação daquelas, às quais acabaram por se entrelaçar de forma subordinada. Esse mesmo entrelaçamento pode ser visto ainda com relação às oligarquias rurais nativas – do seio das quais, inclusive, tal burguesia nasceu em muitos dos casos –, na forma de negócios conjuntos e de especulação fundiária. Dessa forma, levar às últimas consequências uma revolução “democrático-burguesa” seria, para as burguesias periféricas, o equivalente a um suicídio de classe.

Ademais, nascendo em um mundo já industrializado, tais burguesias importaram o que havia de mais moderno a seu dispor, levando à rápida formação de um proletariado igualmente moderno, no sentido de numeroso e geograficamente concentrado – portanto, um setor muito mais coeso e capaz de desenvolver interesses de classe próprios (e antagônicos àqueles desta burguesia) do que as difusas massas plebeias das revoluções liberais do século XIX, cujo componente urbano eram

aprendizes de artesãos, pequenos comerciantes etc. A realização das tarefas de uma revolução “democrático-burguesa” – cuja pendência obstaculizam o próprio desenvolvimento capitalista nas periferias – não poderiam, assim, ficar a cargo da burguesia nativa e teriam, na realidade, que ser realizadas *contra* ela. Sua realização, concluiu Trotski, caberia ao proletariado, ao entrelaçar tais tarefas com aquelas socialistas, em um processo *permanente* de revolução, que conectasse de forma indistinguível as revoluções democrático-burguesas e socialista-proletária. (TROTSKY, 2011a e 2011b)

Todavia, seria um mecanicismo vulgar atribuir o rumo seguido às revoluções sociais do século XX tão somente a existência de um “fator objetivo”, que impusesse aos processos revolucionários na periferia capitalista uma única via possível.<sup>12</sup> Inclusive, explicá-las por essa via levaria a ignorar o fato de que aquelas foram uma pequena minoria numérica diante da quantidade de processos que, igualmente iniciados com uma pauta “democrático-burguesa”, não se consolidaram enquanto revoluções sociais. O mesmo pode ser dito do fator “contrarrevolução burguesa”, que esteve presente em todos esses processos, na forma de ações de setores da burguesia nativa e das potências imperialistas que visavam frear a realização das tarefas democrático-burguesas e, ainda que certamente seja de grande relevância, não dá conta de explicar porque os processos revolucionários do pós-guerra, não obstante suas grandes similaridades, se dividem em dois grupos – uma minoria que liquidou as relações capitalistas e uma vasta maioria que não seguiu por essa via.

Parece ser necessário, portanto, levar em conta o fator, de ordem subjetiva, “ação proletária” – ou, em outras palavras, a entrada em cena do *proletariado* como *sujeito social* em determinado momento do processo revolucionário. Cabe ressaltar que esse fator, aqui enfatizado como relevante, também não deve ser tomado em separado, uma vez que, também em uma série de processos revolucionários do século XX que não foram iniciados pela ação proletária, o proletariado entrou em cena em determinado momento com métodos de luta e demandas que se chocavam frontalmente com os interesses burgueses e, nem por isso, ocorreu a liquidação das relações capitalistas – para nos limitarmos a um exemplo, significativo, o caso da Nicarágua, em 1979, que muitos à época imaginaram que poderia vir a ser uma “nova Cuba”. Ele deve, assim, ser

---

<sup>12</sup> Essa vulgarização se fez presente em diferentes arcabouços teórico-programáticos desenvolvidos no seio do movimento trotskista internacional do pós-guerra para lidar com tais processos, que acabaram por reduzir a Teoria da Revolução Permanente a uma fórmula linear (MONTEIRO, 2016b).

abordado de forma integrada aos demais fatores até aqui apresentados, inclusive porque efetivamente houve uma retroalimentação entre eles, especialmente entre a ação proletária e o alinhamento – certamente não imediato e integral – dos *sujeitos políticos* desses processos à sua radicalidade contra a burguesia nativa e imperialista – que dificilmente teria sido possível, no caso dos PCs, sem sua mencionada independência relativa frente aos dirigentes do Kremlin.

Não é fácil encontrar estudos detalhados sobre como o proletariado se portou imediatamente após a tomada do poder nos processos revolucionários aqui em foco, e informações sobre sua atuação no período imediatamente anterior não raro são marcas por graves equívocos na literatura de maior difusão. Mesmo na literatura especializada, é comum encontrar afirmações sobre a “passividade” do proletariado ao longo das revoluções sociais do pós-guerra. Isso, todavia, não apenas não é verdade para o processo de tomada do poder, onde, com variações caso a caso, tal classe atuou enquanto uma importante força social e política – ainda que não a hegemônica e, portanto, não constituindo-se enquanto *sujeito social* desse processo –, como, imediatamente após a tomada do poder, sua ação parece ter sido um fator determinante (ainda que não em isolado) para a continuação e aprofundamento, em sentido anticapitalista, desses processos, forçando a ruptura do governo de coalizção com a burguesia nativa e o enfrentamento com ela e os capitais imperialistas.

Inclusive cabe ressaltar que, do ponto de vista teórico – ao menos a partir do arcabouço marxista –, seria um enorme paradoxo que o proletariado tivesse de fato permanecido “passivo” num processo que compreendeu a liquidação da burguesia enquanto classe, pois isso não é algo possível de ser realizado tão-somente através de decretos, nem de fuzis. Cabe questionar, portanto, para que se enfrente esse paradoxo – que deveria incomodar todo e qualquer marxista que se debruce sobre tais processos revolucionários – se o proletariado realizou algum tipo de mobilização que tenha pressionado o *sujeito político* da revolução a entrar em choque com a burguesia, ao entrar, ele próprio, em choque com ela, na forma de greves, mobilizações de rua, ocupações de empresas etc., sob demandas por melhores condições de trabalho, de vida ou mesmo pela socialização dos meios de produção.

Analisando-se os casos chinês e cubano, é possível ver que sim, o proletariado desses países entrou em cena de forma vigorosa imediatamente após a tomada do poder pelos *sujeitos políticos* desses processos revolucionários – além de ter cumprido um papel nada desprezível ao longo do próprio processo de tomada do poder. Como se verá

em detalhes adiante, tal proletariado realizou diversas greves por melhores condições de vida e de trabalho, forçando os novos regimes políticos tanto a buscarem controlar e reverter (ou ao menos diminuir) essa onda de lutas econômicas, como também intervir de forma a garantir concessões da burguesia às demandas da classe trabalhadora. Mas tal classe não se limitou a lutas econômicas, tendo também levantado demandas por controle da gestão da produção e expropriação / socialização da propriedade dos meios de produção, o que inicialmente foi denunciado e combatido pelos novos regimes, mas que acabou também sendo instrumentalizado por eles como forma de combater a contrarrevolução.

Dessa forma, nos poucos casos excepcionais de processos revolucionários iniciados como revoluções “democrático-burguesas” – e, portanto, fadados ao fracasso caso se mantivessem nos estritos limites das relações capitalistas – que conseguiram realizar as tarefas a que se propunham através do avanço para além desses limites, parece ter sido fundamental a combinação da mobilização revolucionária do proletariado com a permeabilidade dos sujeitos políticos a uma via anti-capitalista. Permeabilidade essa que não se deu sem cisões internas e expurgos em seu interior, nem sem um grande esforço de manter tal mobilização sob tutela, não permitindo que ela culminasse em órgãos de autogestão proletária.

### **5.1. A atuação do proletariado na Revolução Chinesa e sua dinâmica**

Nas primeiras décadas do século XX, o proletariado chinês era pouco numeroso, concentrado na indústria leve e de processamento, mais da metade trabalhando para proprietários estrangeiros, e com condições semelhantes às da Inglaterra do século XIX (isto é, baixos salários, longas jornadas, insalubridade, dias livres irregulares e gestão tirânica) (CHESNEAUX & KAGAN, 1983:68-70). Até o fim da Primeira Guerra Mundial, era comum que trabalhadores pertencessem a guildas profissionais junto a pequenos proprietários, bem como a associações profissionais baseadas em seus locais de origem. Esse regionalismo e corporativismo foram grandes barreiras para o surgimento e fortalecimento de sindicatos. As primeiras organizações de trabalhadores que surgiram tinham caráter mais assistencial e eram organizadas pela minoria de trabalhadores especializados, tendo ficado ausentes das primeiras greves e lutas (Ibid.:72-75).

Não obstante, entre 1912-13 e 1918-19, ocorreram fortes ondas grevistas, a primeira em decorrência de expectativas geradas pela “revolução republicana” (Primeira

Revolução Chinesa), a segunda por conta da alta do preço do arroz, causada pela guerra mundial. Em 1912, chegou a ser fundado um Partido Trabalhista, mas ele foi destruído pela repressão em 1913. A partir de 1919, as greves se tornaram mais frequentes, em geral em defesa de melhores condições de vida. O ciclo grevista seguinte, de 1921-23, foi diretamente influenciado pela ação comunista (o PC chinês foi fundado em junho de 1921, mas antes já existiam círculos comunistas realizando agitação no movimento operário). Em 1922, foi realizado um representativo congresso de trabalhadores, com apoio do governo nacionalista de Sun Yat-Sem, então dominando porções minoritárias do território chinês. (Ibid.:72-75)

Portanto, até 1918, o movimento operário na China era ainda muito incipiente, apesar de algumas importantes greves (o ciclo grevista de 1912-13) e da efêmera formação de um “Partido Trabalhista”, e muito marcado por divisões regionalistas e corporativistas. Já entre 1918-23, foram formados vários sindicatos e ocorreram dois fortes ciclos grevistas (1918-19 e 1921-23), tendo o PC chinês sido uma peça-chave na eclosão do segundo. A partir de 1924, a organização de sindicatos ganhou impulso com a luta “anti-feudal” e anti-imperialista encabeçada pelo KMT, na qual o movimento operário atuou com crescente importância e peso. Ao longo dessa luta, ocorreram quatro congressos sindicais nacionais, todos numericamente representativos, e duas fortes greves gerais locais (em Shanghai e Cantão), além da formação de uma organização sindical de escopo nacional.

Conforme visto, a aliança PC-KMT ao longo de 1924-27 (Segunda Revolução Chinesa), subordinou o nascente e cada vez mais poderoso movimento operário aos interesses da burguesia nativa – o que, todavia, não o impediu de travar lutas significativas e expandir suas organizações com considerável rapidez, na esteira da libertação territorial levada à cabo pelo exército nacionalista. Mas, conforme o movimento operário se tornou uma força de peso e de escopo nacional, a partir de meados de 1925, a situação da aliança se tornou delicada e tensa, com as lutas proletárias transbordando para as empresas nativas, erodindo o pacto capital-trabalho em que se baseava a aliança KMT-PC. A ruptura do pacto veio de forma definitiva com o massacre de 1927 em Shanghai, que inaugurou um período de brutal repressão e rígido controle governamental-ganguesteril por parte do KMT sobre o movimento sindical. (Ibid.:75-78)

Nos anos posteriores ao encerramento sangrento da Segunda Revolução Chinesa, o KMT, através da aliança com gangsteres e do uso de repressão (prisão e

execução de militantes), passou a controlar diretamente os sindicatos ou a cooptar suas lideranças, através da concessão de algumas demandas econômicas, para que permanecessem politicamente moderados. O primeiro tipo de sindicatos ficou conhecido como “sindicatos negros”, e o segundo, como “sindicatos amarelos”.

Não obstante esse controle e repressão, greves econômicas continuaram ocorrendo, nas quais o PC teve certa participação, especialmente a partir de 1930, quando passou a atuar nos sindicatos “amarelos”. Até 1930, apesar de sua retirada pra as zonas rurais do sul, o PC continuou atuando no movimento sindical, de forma clandestina, em pequenos grupos, que ficaram conhecidos como “sindicatos vermelhos”. Já nas chamadas “zonas soviéticas”, localizadas no sul e controladas pelo PC, o movimento sindical só existiu quase que apenas nominalmente, envolvendo *coolies*, artesãos ou alguns assalariados, já que se tratava das zonas menos industrializadas do país. (Ibid.:78-81)

Apesar de terem continuado a existir algumas formas de resistência proletária sob o regime do KMT – como redução do ritmo de trabalho nas zonas de ocupação japonesa – Jean Chesneaux e Ricahrd Kagan (1983:78-81), reverberando um quase consenso na literatura de maior visibilidade acerca da (Terceira) Revolução Chinesa, afirmam que “na maior parte, as grandes cidades aguardaram quase que passivamente pela chegada dos soldados-camponeses do Exército de Libertação, ao longo de 1948 e 1949. Sua passividade não guardou qualquer semelhança com os levantes de trabalhadores em Shanghai, em 1927, que libertaram as cidades eles próprios”.

Em contraste, Steve Smith ressalta a importância do proletariado urbano, especialmente de Shanghai, ao longo de tal processo revolucionário. Conforme as informações que Smith apresenta, este não só protagonizou importantes conflitos no começo da década de 1930, como mais tarde forneceu muitos dos seus para a formação do “Novo Quarto Exército” do PC, em 1937, e também se fez presente nos conflitos finais com o KMT, em 1949, na forma de greves e levantes nas cidades. Dessa forma, aponta Smith, a (Terceira) Revolução Chinesa foi marcada por uma “dinâmica circular”, indo da cidade para o campo e, depois, voltando novamente para a cidade – e não, conforme quer a bibliografia hoje predominante, um processo marcado pela atuação “camponesa” e “passividade” proletária. (SMITH, 2008:4)

Conforme ressalta Maurice Meisner (1999:77-78), há pouca documentação sobre a recepção do “Exército de Libertação” nas cidades ao longo da campanha final do PC contra o KMT. Conforme visto, a situação nas cidades nos momentos finais do regime

do KMT era profundamente caótica (inflação de 25% por semana, falta de comida, fechamento de empresas e lojas por impossibilidade dos trabalhadores subnutridos desempenharem suas funções, desemprego em massa, mortes e doenças por inanição, revoltas e banditismo em grande escala). Com a queda do regime, os extratos superiores da burguesia fugiram do país, mas os inferiores permaneceram. Os trabalhadores compareceram em massa a manifestações e reuniões de apoio ao novo regime durante o período subsequente. Mas foi entre estudantes secundaristas e universitários que o apoio pela reconstrução econômica e política ocorreu de forma mais ativa. (Ibid.; SHEEHAN, 1998:17-20)

Apesar de ser um tema até agora pouco pesquisado, Jackie Sheehan desenvolveu um estudo que demonstra que, após a tomada do poder central pelo PC, a classe trabalhadora nas cidades começou a se mobilizar por melhores condições de trabalho e salário, e também por uma aplicação na cidade da lógica igualitarista aplicada no campo, com a reforma agrária – isto é, demandavam o controle da produção e a socialização da propriedade das empresas. Efetivamente, em muitas cidades os trabalhadores já se encontravam de posse das empresas, especialmente naquelas do norte e nordeste – as primeiras a serem conquistadas pelo PC –, como fruto da luta contra o KMT. (Ibid.:13-17)

Em muitos lugares, essa onda de mobilização grevista assumiu caráter retaliatório contra os patrões e os diversos abusos sofridos sob o regime do KMT, de forma que muitas empresas foram levadas ao fechamento. Os dirigentes sindicais do PC tenderam a se alinhar a essa combatividade proletária, nem que fosse por medo de serem tidos como submissos aos patrões. A imprensa do partido reagiu com críticas a tal combativo ativismo proletário e, especialmente, a esse alinhamento de seus quadros sindicais (Ibid.:24-25). Essas críticas se baseavam em um discurso de que o governo pertencia aos trabalhadores e, dessa forma, não seria necessário greves para garantir demandas – o governo supostamente se encarregaria de negociar diretamente com a burguesia em prol dos interesses proletários (Ibid.:17-20).

De fato, o governo intercedeu em favor dos trabalhadores nas negociações, garantindo-lhes concessões junto aos patrões para aumentos salariais – que chegaram, em um primeiro momento, a 100% e, em um segundo, a 30% (COGGIOLA, 1986:18). Ao mesmo tempo, o governo lançou uma campanha pela “democratização da gestão” nas empresas estatais, encarando que isso aumentaria a produtividade. Mas não demorou para que os trabalhadores tomassem a campanha em suas mãos e a levassem

também para as empresas privadas – despertando a crítica do governo a um “excesso de democratização”. Nesse contexto, a questão da “gestão democrática” assumiu contornos de grande relevância para os trabalhadores, que passaram a vê-la como um novo canal de solução de conflitos laborais. Todavia, a falta de preparo dos novos quadros sindicais frequentemente permitiu aos proprietários se saírem melhor nas negociações. (SHEEHAN, 1998:13-20)

Nessa lógica, de que o governo pertencia aos trabalhadores, o modelo adotado para os novos sindicatos oficiais foi aquele da URSS, de dupla função: representar, ao mesmo tempo, interesses dos trabalhadores e dos gestores / Estado. Dessa forma, o foco da sua atuação, a favor de um ou outro lado dessa relação conflituosa, variou conforme o clima político nas bases, gerando frequentes alternâncias nos primeiros anos após 1949. De inicialmente favorecer a combatividade das bases, a partir de março de 1950, os sindicatos passaram a favorecer a “produtividade” (que implicava reter as mobilizações) e, depois, ao final do ano, por pressão das bases, novamente se alinharam aos interesses proletários, gerando reação do partido na forma de expurgos e críticas à “autonomia” e “sindicalismo” dos dirigentes sindicais, visando colocar os sindicatos ao lado dos gestores, tanto nas empresas estatais quanto nas privadas. (Ibid.:23-25)

Nesse contexto ocorreu a primeira baixa significativa entre os quadros partidários pós-revolução, a destituição de Li Lisan da direção da organização sindical nacional previamente mencionada. Significativo da posição crítica à mobilização proletária, no 7º Congresso de tal organização, realizado em maio de 1953, criticou-se duramente o foco dos sindicatos em questões de bem-estar e no seu apoio às demandas “excessivas” dos trabalhadores, quando “deveriam” estar focados no aumento da produtividade, fosse nas empresas estatais ou privadas, de forma a empreender a “reconstrução nacional”. (Ibid.: 23-25 e 43-44)

Conforme já apontado, o regime do PC expropriou de imediato as propriedades de dirigentes do KMT e de parte dos capitalistas imperialistas, incluindo algumas indústrias-chave. Mas, de início, 48,7% da produção industrial ainda era realizada por capitais privados (COGGIOLA, 1986:18). Foi na virada de 1952-53 – no contexto de crescente mobilização proletária, por um lado, e crescente tensão contrarrevolucionária decorrente da participação chinesa na Guerra da Coreia, por outro – que foi eliminado o grosso do que restara da burguesia, de forma que, em 1956, já não existia mais empresas sob controle burguês no país. (MEISNER, 1999:79-87; SHEEHAN, 1998:17-20)

Buscando usar em seu favor o fervor proletário, contra a ação cada vez mais desestabilizadora das forças imperialistas e da burguesia nativa, em maio de 1951 o governo lançou o “Movimento pela Reforma Democrática”, cuja aplicação se deu principalmente na região centro-sul. Ele era voltado para eliminar as “influências feudais e reacionárias” – isto é, o sistema ganguesteril introduzido nos sindicatos pelos patrões sob o regime do KMT, e as sociedades secretas remanescentes. Ele foi apresentado como algo que incrementaria a produção. Sua realização se deu em três estágios: a “luta democrática”, na qual se realizaram reuniões de massas, para os trabalhadores denunciarem os gangsteres e “elementos feudais”; a “unidade democrática”, que foi focada em solucionar querelas entre empregados e empregadores, massas e governo, e entre trabalhadores de diferentes categorias, via “crítica e autocrítica”; e a “construção democrática”, que visava à politização dos trabalhadores em prol da “gestão democrática” nas empresas e o fortalecimento e democratização dos sindicatos. (Ibid.:37-39)

Ao final de 1951, foi ainda lançado o “Movimento Anti-três”, voltado para o combate ao desperdício, corrupção e burocratização no aparato estatal, incluindo as empresas estatais. Posteriormente, foi estendido também às empresas privadas, na forma do “Movimento Anti-cinco”, voltado contra subornos, sonegação fiscal, furto de propriedade estatal, trapaça em contratos com o governo e furto de dados econômicos governamentais secretos.

A partir de meados de 1953, o primeiro desses dois movimentos, originalmente voltado para a democratização da gestão e o incentivo à participação dos trabalhadores nela, assumiu a forma de expurgos no Estado e no partido, contra “desvios burocráticos”. Ao nível das empresas, ele assumiu a forma de uma campanha em prol da disciplina no local de trabalho e de transformar o ativismo político em ativismo em prol da produtividade. Já o segundo envolveu a participação ativa dos sindicatos no interior das empresas. Apesar da ofensiva contra a burguesia nativa remanescente que esse movimento representou, ao final dele o discurso governamental voltou a favorecer a “união (das classes) pela produtividade” e a enfatizar o “direito” dos proprietários à sua propriedade, ao controle da gestão, das demissões etc. – um indício de que, tal qual a campanha pela “democratização da gestão”, essa também extrapolou os objetivos pretendidos pelo regime, como fruto da radicalização proletária.

Outro indício dessa radicalização, e dos sentimentos anticapitalistas que ela envolveu, foi a dificuldade em se encontrar gestores para as empresas, dado o medo dos

potenciais candidatos a serem identificados pelos trabalhadores como aliados dos patrões. Mas, apesar dos alvos das campanhas “Anti-três” e “Anti-cinco” serem oficialmente pessoal administrativo envolvido em corrupção e capitalistas que infringiam a lei, respectivamente, Frederick Teiwes (1993:39), aponta que os verdadeiros alvos foram pessoal administrativo cuja lealdade para com o partido estava em xeque e a burguesia nativa como classe, respectivamente.

Cabe ressaltar que, nesse mesmo período, foi lançada uma campanha contra elementos contrarrevolucionários / sabotadores, no contexto da Guerra da Coreia, sendo os alvos elementos pró-EUA e pró-KMT, mas tendo atingido também potenciais líderes dissidentes (Ibid.:38-39). A referida radicalidade proletária voltaria a despertar mais uma vez em 1956, durante a campanha das “Cem Flores”, evidenciando os conflitos de interesses entre a classe trabalhadora e o regime do PC em relação ao controle da produção e à propriedade das empresas. Por mais que tenha havido incentivo à mobilização proletária durante as campanhas “Anti-três” e “Anti-cinco”, isso se deu de forma a favorecer o processo de “captura” das empresas privadas pelo Estado, uma vez que, realizadas as “nacionalizações”, o foco passou cada vez mais às questões de “disciplina”, obediência ao partido, e aumento da produtividade. (SHEEHAN, 1993:41-43)

Em setembro de 1955 foi introduzido o modelo de empresas mistas (privado-estatais), que o regime almejava expandir para o conjunto das empresas privadas ao longo de cinco anos, mas que acabou sendo realizado em cerca de um ano. Essas empresas, na prática, eram estatais, mas com seus antigos proprietários privados mantendo ações minoritárias / juros compensatórios por alguns anos e assumindo cargos de gestão – de forma que o que restara da burguesia foi liquidada enquanto classe proprietária. A mobilização da campanha “Anti-cinco”, na prática, serviu em grande parte para assentar o terreno para essa transformação. Os trabalhadores das empresas privadas apoiaram o processo, esperançosos de melhores condições de vida e maior controle sobre a produção, mas, sob o controle do Estado, foram liquidadas as formas democráticas de gestão e desincentivada a mobilização, sob o argumento de que as empresas eram geridas por um “governo de trabalhadores”, que supostamente atuaria de acordo com os interesses do proletariado. Ademais, houve pouca melhoria material (salarial, de moradia etc.), apesar do rápido aumento da produtividade.

Tudo isso fez com que, ao longo de 1956-57, fossem frequentes greves nessas empresas. A mobilização proletária cresceu sobremaneira ao longo da segunda metade

de 1956, atingindo um pico sem precedentes no ano seguinte, em meio à campanha das “Cem Flores” – que por muito tempo foi reduzida pela literatura especializada a um conflito entre intelectuais / estudantes e o novo regime e seu partido governante. (Ibid.:51-55)

## **5.2. A atuação do proletariado na Revolução Cubana e sua dinâmica**

À altura da revolução de 1959, o proletariado cubano se dividia em quatro setores: grande indústria, subdividida em propriedade nativa e propriedade imperialista (esta, nos setores de serviços públicos e infraestrutura); comércio / administração pública; pequena manufatura; setor açucareiro (que envolvia, além de um proletariado rural fabril, os coletores sazonais – *macheteros* –, que eram ou trabalhadores agrícolas temporários, ou pequenos camponeses). Entre as safras da cana se dava o “tempo morto”, quando uma massa de desempregados do campo tentava a sorte cultivando nas terras pouco férteis das serras ou indo às cidades em busca de emprego, de forma que as fronteiras entre o pequeno produtor e o assalariado eram turvas. (WINOCUR, 1989:73-76)

Em relação a esse proletariado, Eric Wolf (1969:207) destaca que, diferentemente de outros países periféricos onde as relações mercantis penetraram o campo em larga escala apenas após a Segunda Guerra (produzindo um proletariado a partir da expropriação e desenraizamento dos extratos inferiores do campesinato), em Cuba já havia anos que capitais imperialistas se faziam presentes na produção agrícola, existindo um numeroso proletariado rural trabalhando em fazendas e engenhos de açúcar, que eram predominantemente de capital estadunidense. À altura dos anos 1950, esse proletariado possuía um razoável grau de organização e experiência política, expresso na existência de sindicatos próprios e na realização de greves tanto econômicas, quanto políticas. Inclusive, por conta da centralidade do plantio e processamento de açúcar para a economia cubana, a atuação dessa força de trabalho rural teve grande peso ao longo do processo revolucionário.

Conforme visto, o proletariado cubano foi bastante ativo e combativo ao longo dos anos 1930, protagonizando a derrubada da ditadura de Machado e tentando reverter a tomada do poder por Batista. Todavia, diante do golpe de Batista de 1952, a central sindical cubana (“Central dos Trabalhadores de Cuba”, CTC) demorou para se reunir e acabou chamando por uma greve geral que ficou a cargo das federações para ser levada adiante, terminando em fracasso, com apenas algumas paralisações (parte das quais foi

reprimida pelo exército). No mesmo dia, o ministro do trabalho de Batista conseguiu um acordo com a direção da CTC para cancelar a greve, em troca da manutenção dos postos das lideranças sindicais e dos acordos econômicos previamente firmados. Todas as frações representadas na direção apoiaram o acordo, mas aquela em particular liderada por Eusebio Mujal, secretário geral da CTC, acabou alinhando-se firmemente com o regime, em troca da manutenção do posto daquele e de subsídios financeiros. Assim surgiu uma burocracia sindical poderosa, que atuou como correia de transmissão dos interesses de Batista ao longo dos anos seguintes e que tinha sob sua órbita de atuação mais de metade dos assalariados de Cuba. (ALEXANDER, 2002:133-140, 147).

Frente à dificuldade de competir com o *mujalismo* no interior da CTC, inclusive por conta da repressão do regime, o PSP organizou os “Comitês de Defesa das Demandas”, organizações sindicais paralelas à CTC e clandestinas que, em 1956, se unificaram nacionalmente, através de um congresso com 180 delegados, no “Comitê Nacional de Defesa das Demandas dos Trabalhadores e pela Democratização da CTC”. A atuação dessa organização, todavia, se restringiu a disputas econômicas.

Os principais líderes do PSP foram para o exílio após o golpe de Batista e seus militantes mais conhecidos não desempenharam papel central nas duas greves gerais que se seguiram contra o regime, de forma que a postura do partido ante este foi ambígua. Essa postura gerou enormes desconfiças entre organizações como o M26J, as quais envolviam também a postura do PSP em relação a regimes anteriores: sua vacilação na luta contra Machado, em 1933, e contra Mendieta, em 1935, e, principalmente, sua participação no primeiro regime de Batista, através da colaboração ativa da CTC (então dirigida pelo PSP) com o Ministério do Trabalho e a participação de dois líderes no gabinete ministerial desse regime, em 1942.

O foco do PSP e suas frente sindicais na militância puramente econômica se manteve até outubro 1958, com a entrada do partido na “Frente Nacional Unificada dos Trabalhadores” (FONU, impulsionada pelo M26J, em unidade com outras organizações), quando passou a integrar a luta política pela derrubada de Batista. (Ibid.:148-151; GOTT, 2006:183-184)

Já no que tange o M26J, desde o exílio no México, seus fundadores já intencionavam criar um braço no movimento sindical. A concretização do plano ficou a cargo de Frank País e Antonio Torres, que formaram a “Seção de Trabalhadores” do grupo (*Sección Obrera*, doravante SO-M26J). Ela teria obtido presença (clandestina) em praticamente todos os sindicatos do país, e organizado cerca de 15 mil trabalhadores.

(ALEXANDER, 2002:158-160) Conforme aponta Steve Cushion, autor de uma das poucas pesquisas detalhadas sobre a atuação do proletariado no período imediatamente anterior e imediatamente posterior à tomada do poder pelo M26J:

Essa organização, que foi iniciada por militantes revolucionários de Guantánamo, se baseou em relações não oficiais pré-existentes no movimento operário, e se espalhou em direção ao oeste, cobrindo boa parte da ilha. Além de organizar greves e manifestações, esses ativistas se engajaram em sabotagem e providenciaram suporte logístico para a guerrilha. Em algumas áreas, essa rede foi organizada na base de uma estrutura formal de células, e em outras de maneira menos formal. Esses militantes às vezes colaboraram com membros e apoiadores do partido comunista, variando conforme circunstâncias locais, tradições e relações pessoais. [...] Independente da forma que essa rede assumiu nas diferentes localidades, ela se mostrou bastante efetiva em organizar o apoio político e material para os rebeldes nas montanhas, bem como ações pontuais na indústria. A conquista mais significativa, todavia, foi que estes militantes forneceram as bases para Fidel Castro convocar a mais completa greve geral na história cubana, em janeiro de 1959. (CUSHION, 2012:254)

A mencionada ofensiva produtivista levada a cabo pelo regime de Batista a partir de 1955, em prol da lucratividade da burguesia nacional, promoveu um ataque coordenado às condições salariais e de emprego em vários setores da economia, o que abalou o pacto mantido até então entre o *mujalismo* na CTC e o regime, baseado em políticas de concessões aos trabalhadores. A partir de então, o *mujalismo* se viu cada vez mais dependente do auxílio estatal para se manter à frente do movimento sindical cubano e cada vez mais dividido entre um setor minoritário de suas fileiras, que se aproximou do M26J, buscando manter um sindicalismo de resultados, e um majoritário, que passou a se envolver em disputas fratricidas pela divisão dos recursos estatais postos à sua disposição. (Ibid.:253)

Nesse contexto, não obstante a barreira representada pelo (decadente) *mujalismo*, a partir de 1955, greves voltaram a ocorrer com frequência e força crescentes. Robert Alexander (2002:155) destaca que é difícil distinguir greves econômicas daquelas políticas, uma vez que a repressão e/ou intransigência patronal e do regime com frequência levavam greves iniciadas por questões estritamente econômicas a assumirem demandas políticas durante sua duração. Foi o caso das significativas greves dos canavieiros de 1955 e dos bancários de 1956.

Em meados de 1955, afetados pela mal safra anterior e pela previsão de repetição da situação, começaram mobilizações entre os trabalhadores dos engenhos de açúcar em prol de melhor pagamento. Duramente reprimidos, tais mobilizações escalaram em resposta. A greve açucareira foi lançada em dezembro e assumiu feições

insurrecionais, com bloqueios de ruas, tomada de *ayuntamientos*, enfrentamentos com o exército. Ela também evoluiu para um conteúdo político, através da demanda de “abaixo ao regime criminal”, ainda que tenha se encerrado com o atendimento da pauta econômica. Essa greve recebeu a solidariedade ativa dos setores médios, como a “Federação dos Estudantes Universitários”, que convocou um paro geral nas universidades (de relativo sucesso) e os pequenos comerciantes das zonas açucareiras, que fecharam seu comércio em solidariedade, além das igrejas católicas que abrigaram os trabalhadores da repressão. Foi nesse ano também que o PSP realizou um congresso clandestino de sua fração sindical anti-*mujalista*, com 200 delegados, tendo cumprido papel ativo na greve açucareira.

No ano seguinte, ocorreu uma greve de bancários, em setembro, cuja combatividade atropelou a direção *mujalista* da CTC e denunciou sua colaboração com o regime. A essa altura, a tensão no interior do *mujalismo* era tanta, que gerou denúncias de colaboracionismo e traição vinda inclusive de setores dessa burocracia (as direções das federações de telefônicos e dos trabalhadores em eletricidade). Tal qual a greve do setor açucareiro, esta também se alimentou da constante agitação estudantil, que se desenvolvia em paralelo e em solidariedade a tais lutas proletárias. (WINOCUR, 1989:77-82)

Além das duas greves mencionadas, das lutas estudantis e do assalto ao quartel de Moncada, o período 1953-55 também foi marcado, na região da Sierra Maestra, por enfrentamentos de pequenos produtores rurais “precaristas” – sem títulos de posse ou propriedade, na fronteira entre o camponês e o proletário, forçados a vender sua força de trabalho – contra o uso de tropas do exército para expulsá-los em benefício de latifundiários. Portanto, não foi casual a adesão desse setor à guerrilha que se desenvolveu nessa região, e que era abastecida desde Santiago, a “capital da rebeldia”, onde protestos de oposição e dura repressão se retroalimentavam. (Ibid.:85-87)

Ao final de 1958, quando a guerrilha estava em curso e fortalecida, transformada em exército insurgente, o *mujalismo* já era uma força marginalizada entre os trabalhadores organizados sindicalmente. Já o PSP se viu dividido entre uma ala voltada para a linha da “ação de massas” – isto é, avessa à luta armada – e outra, disposta a aderir a tal tática, e que desenvolveu o chamado “sindicalismo beligerante”, que unia ambas. Segundo Cushion, essa divisão no interior do PSP esteve, grosso modo, relacionada, respectivamente, a sua presença em sindicatos que conseguiram resistir ao *mujalismo* e à investida patronal, ou que não conseguiram. (CUSHION, 2012:215-216)

Não obstante essa atividade proletária, Gary Tennant (1999:86), reverberando uma noção predominante na literatura especializada de maior difusão, afirma que a classe trabalhadora manteve postura majoritariamente “passiva” ao longo do processo de tomada do poder pela guerrilha / exército insurgente. As greves de 1955 já são um indício de que isso não é verdade. Mas há muitos outros.

Após o assassinato do dirigente urbano no M26J, Frank País, em 30 de julho de 1957, pelas forças do regime, irrompeu uma greve geral de cinco dias, iniciada em Santiago, no dia de seu sepultamento, 1º de agosto. Ela foi precedida por uma manifestação direcionada ao embaixador dos EUA, no dia anterior, pedindo a suspensão do apoio ao governo. A greve adquiriu força em Oriente, Camaguey e Las Villas, suspendendo as atividades de fábricas e do comércio. Seu caráter semi-espontâneo (houve certo planejamento por parte da SO-M26J, em aliança com o PSP e outras forças) indicava o amadurecimento subjetivo das massas em prol da derrubada do regime, e também a disposição à luta oposicionista por parte da pequena burguesia e de setores da burguesia não açucareira, que se solidarizam com o paro (o filho de um industrial chegou a ser sequestrado pelo exército para forçar o pai a retomar o funcionamento da fábrica, tamanho o nível das tensões decorrentes das mobilizações patronais).

Nesse contexto, em 9 de abril de 1958, se tentou uma nova “greve geral revolucionária”, com o intuito de derrubar Batista, mas ela fracassou em nível nacional, apesar da força que obteve em locais como Santiago. Seu fracasso foi fruto das desconfianças da SO-M26J para com o PSP, que acabaram por levá-la a excluir tal partido do planejamento no último momento, sendo que ele era a segunda força política entre os trabalhadores organizados, após o *mujalismo*. (WINOCUR, 1986:87-91) Para a realização da greve geral de abril de 1958, a SO-M26J impulsionou a formação da “Frente Nacional de Trabalhadores” (*Frente Obrera Nacional*, FON), que aglutinou vários setores oposicionistas (“autênticos”, “ortodoxos”, católicos). Depois do fracasso dessa greve, a FON passou a incluir também o PSP e sua frente sindical clandestina, além de estudantes do Diretório Revolucionário, tornando-se FONU (*Frente Obrera Nacional Unida*). (ALEXANDER, 2002:158-160)

Não obstante o fracasso da greve geral de abril de 1958, nesse ano ocorreram congressos sindicais nas áreas sob controle do exército insurgente, com conteúdo anti-*mujalista* e anti-Batista – tais como o primeiro congresso nacional da SO-M26J e a “Primeira Conferência Nacional dos Trabalhadores do Açúcar em Território Libertado”.

Desses encontros saíram diretrizes para derrubar as lideranças sindicais locais associadas ao *mujalismo* e lutar por melhores condições econômicas. (Ibid.:160-161) Em dezembro, começou a ser ventilada e preparada uma greve dos coletores (*macheteros*) contra Batista, ameaçando a safra daquele ano. Foi nesse contexto que as colunas do exército insurgente saíram da Sierra Maestra para tomar a capital e outras cidades, forçando Batista a fugir, em 31 de dezembro. Em 1º de janeiro, Fidel Castro vocalizou a convocação de uma greve geral em Santiago para que a guerrilha tomasse a cidade, e ela se alastrou pelo país, durando cerca de uma semana, sob o *slogan* “Todo poder ao exército rebelde”. Sua organização esteve a cargo da FONU, e foi iniciada em paralelo ao avanço do exército insurgente. (WINOCUR, 1989:94-96)

As primeiras demandas levantadas pelos trabalhadores em luta após a consolidação da queda de Batista, com a greve geral iniciada em 1º de janeiro, foram de reincorporação daqueles demitidos durante os anos anteriores, por conta de sua atuação político-sindical, e também daqueles demitidos durante a ofensiva produtivista. Depois de encerrada a greve geral, seguiram-se demandas por aumentos salariais (em torno de 10-20%), e por melhores condições de trabalho – a maioria conquistada apenas pela ameaça de greve, ou por greves curtas. A federação açucareira, inclusive, demandou redução da jornada e trabalho como forma de mitigar o desemprego. Nesse primeiro momento, a nova direção da CTC, tomada pela SO-M26J, se alinhou à combatividade das bases. Ao mesmo tempo, a CTC convocou os trabalhadores a entrarem em cena tomando as ruas em diferentes ocasiões: em julho de 1959, em apoio à demissão de Manuel Urrutia e em apoio à posse de Fidel Castro como presidente; em 1º de maio, em uma marcha de um milhão; e em outubro, quando centenas de milhares entraram em greve e tomaram as ruas em protesto contra os ataques aéreos realizados por exilados que haviam fugido para Miami. (CUSHION, 2012:245; PÉREZ-STABLE, 1999:67-69)

Parte da resposta patronal às greves e mobilizações da classe trabalhadora foi dura, com os proprietários se negando a aceitar as demandas e reprimindo os trabalhadores com demissões, contestando a legalidade dos sindicatos, realizando locautes etc. Da parte do governo, apesar de declarar “anti-patriótico” qualquer distúrbio na economia e de veicular, nas publicações oficiais, um discurso contrário a greves, atuou como mediador nos conflitos, através do Ministério do Trabalho, favorecendo os trabalhadores na maioria dos casos. Estes conquistaram uma média de mais de 14% de aumento salarial em 1959 (contra uma média de 4,2% de aumento entre 1956-58), reincorporação de demitidos políticos dos anos 1950 a empregos anteriores e

pagamentos retroativos no setor açucareiro. Ademais, o Ministério do Trabalho realizou mais de 200 “intervenções” em empresas em 18 meses, enquanto, entre 1934-52, foram realizadas 101. De forma semelhante, no campo, o exército insurgente com frequência interviu a favor dos trabalhadores rurais em contendas envolvendo os fazendeiros, de forma que, junto ao INRA (Instituto Nacional da Reforma Agrária) e à FNTA (Federação Nacional dos Trabalhadores do Açúcar), surgiu uma poderosa força pró-trabalhadores rurais. (PÉREZ-STABLE, 1999:67-69)

Após a queda de Batista, a FONU (em particular a SO-M26J) iniciou um movimento de ocupação das sedes de sindicatos por todo o país, apontando novas lideranças (fosse por imposição, fosse através de legitimação posterior via assembleia) e organizando comitês de quatro militantes por local de trabalho, para agitar a convocação da greve geral e impedir, assim, que assumisse um regime continuísta. Em cerca de 15 dias, a SO-M26J estava em controle da esmagadora maioria dos sindicatos do país, e também da direção da CTC, a qual foi composta por seis membros da organização. Uma vez estabelecido o Governo Provisório, um decreto presidencial legitimou essas novas lideranças até que se convocassem eleições a nível nacional. (ALEXANDER, 179-182)

A partir de sua nova posição na estrutura sindical oficial, o M26J deu a FONU por dissolvida, dado que havia cumprido seu objetivo principal, de derrubar o regime. Isso fez romper o pacto com o PSP, que, em protesto, chegou a convocar uma manifestação de rua (a qual, todavia, foi sufocada por um contra-protesto convocado pelo M26J, oficialmente em defesa de antigos demitidos políticos e por sua reintegração a seus postos de trabalho). Nesse novo contexto, a ala mais anti-comunista do M26J lançou a “Frente Humanista” no interior da CTC – nome inspirado em um discurso de Fidel Castro, no qual ele afirmou que a revolução não era “nem capitalista, nem socialista, mas humanista”. (CHUSHION, 2016:201-203) Essa ala formou a “Federação dos Trabalhadores Humanistas”, à qual se juntaram 20 das 33 federações sindicais então existentes em Cuba. (PÉREZ-STABLE, 1999:71)

Apesar de ter ocupado os principais cargos de direção da estrutura sindical após a derrubada de Batista, a SO-M26J não tinha pessoal suficiente para tomá-la por completo, de forma que teve que ceder o poder a nível mais local ao PSP e ao Diretório Revolucionário. Todavia, ao longo de abril e maio de 1959, foram realizadas eleições nas bases sindicais e, com a ajuda do Diretório Revolucionário, o M26J se desvencilhou do PSP e o isolou, conquistando mais de 90% dos cargos, em grande parte devido à

atuação do Ministério do Trabalho em favor dos trabalhadores na onda de disputas laborais que se seguiu à derrubada de Batista.

Nesse contexto, como o governo oficialmente falava contra as greves, em prol da “retomada da produção”, o PSP tentou se apresentar como um crítico à esquerda do novo regime, defendendo a legitimidade das greves e acusando candidatos do M26J nas eleições sindicais de terem conexões com *mujalistas*. Em resposta, o jornal do M26J publicou várias acusações contra o partido, utilizando sua relação ambígua com o regime de Batista para lhes atribuir a pecha de colaboracionista. (PÉREZ-STABLE, 1999:70)

A nova burocracia dirigente da CTC usou o anti-comunismo como espantinho contra as constantes mobilizações proletárias e os setores mais radicais da Seção de Trabalhadores do M26J – que passaram a ser chamados de “grupo unitário”, e que almejavam fazer a revolução avançar mais no terreno social. Os “unitários” encontraram apoio entre certos setores da nova liderança da CTC, assustados com a velocidade com que surgia uma nova burocracia conservadora e adaptada a práticas não-democráticas, e também entre as fileiras do PSP, que desejava que o processo revolucionário avançasse, ainda que nos marcos de uma revolução “democrático-burguesa”. (CHUSHION, 2016:203-204).

Consolidada nas bases da estrutura sindical do país, após as eleições de abril-maio, a liderança da CTC, encabeçada pelo M26J, se comprometeu com um período de seis meses sem greves e reagiu contra os sindicatos de base que se opuseram a essa promessa. Em setembro, Fidel Castro declarou “ilegítimas” as demandas salariais dos trabalhadores que continuavam a se mobilizar, utilizando-se de um discurso demagógico, sobre “cuidar prioritariamente dos mais pobres”. Mais adiante no mesmo ano, o discurso contra as greves assumiu a forma de “defesa da revolução contra a contrarrevolução”.

Essa postura do novo regime aprofundou as divisões no interior da SO-M26J, que se expressaram de forma mais aguda no 10º Congresso da CTC, realizado em novembro de 1959. Apesar de possuir 90% dos delegados, o grupo estava rachado entre “humanistas” e “unitários”, de forma que foi necessária a intervenção de Fidel Castro para formar uma lista única para a direção, compartilhada meio a meio e eleita por aclamação (com abstenção do PSP). Para Cushion, nem a narrativa “oficial”, de que o congresso foi um embate contra o *mujalismo*, nem a de autores críticos a Fidel (como

Robert Alexander), de que a direção dividida foi uma manobra daquele para promover uma nova aliança com o PSP, são satisfatórias.

Primeiro, porque os *mujalistas* haviam sido expurgados já em janeiro, ainda que a ala direita da nova burocracia reproduzisse alguns de seus métodos, como fraudar eleições e usar de demagogia anti-comunista contra os adversários à esquerda. Segundo, porque o congresso não levou nenhum quadro do PSP à direção da CTC. Cushion argumenta, assim, que a intervenção de Castro no congresso foi em prol de fortalecer a ala mais radical da SO-M26J, em detrimento daquela mais recuada. (CUSHION, 2016:204-206, 210)

O congresso também decidiu por um expurgo dos *mujalistas* restantes, mas a campanha, desenvolvida ao longo das semanas seguintes, serviu mais para eliminar elementos pouco cooperativos e substituí-los por membros do PSP, de forma que mais de 50% dos eleitos no início do ano foram removidos pela comissão anti-*mujalista*. Houve resistência de alguns setores de base, mas não muita, dada a enorme popularidade obtida por Fidel Castro e aqueles por ele legitimados. Novamente, Cushion afirma que se tratava de um favorecimento, pelo regime, das alas mais radicais do movimento sindical. (Ibid.:204-206, 210)

Todavia, o caso parece ser o contrário. De fato, a radicalização crescente do proletariado aprofundou a divisão no interior da SO-M26J, fortalecendo cada vez mais a ala dos “unitários”, que cresceram ainda mais a partir da crise política de abril de 1961. Em julho daquele ano, David Salvador, secretário geral da CTC, membro da ala “humanista”, eleito pelo 10º Congresso (novembro de 1949), mas que perdera progressivamente a influência e acabou debandando para a contrarrevolução, foi formalmente removido do cargo e substituído pelo antigo líder stalinista, removido da direção da CTC por uma purga em 1947. (Ibid.:204-206) Contudo, alguns meses após o congresso, no contexto da campanha “anti-*mujalista*”, em junho de 1960, a direção da CTC chamou por um congelamento de salários e até mesmo sua redução, em prol do “desenvolvimento econômico” (PÉREZ-STABLE, 1999:71-73) – e, como já mencionado, o governo realizou uma constante campanha para convencer os trabalhadores a não entrarem em greve e focarem, ao invés, na “reconstrução” da economia (ainda que o Ministério do Trabalho tenha com frequência se alinhado ao proletariado em conflitos laborais).

Assim, a reaproximação com o PSP parece ter mais a ver, conforme defende John Lister (1985:17), com a necessidade do M26J em controlar o arredo proletariado

urbano, que continuava a se mobilizar de forma combativa, e entre o qual o partido era uma força potente e com quadros experientes. Pois, seguindo o cânone etapista do stalinismo, o PSP não via a revolução como socialista, mas como “nacional, emancipadora, agrária, patriótica e democrática”, de forma que o dirigente stalinista Blas Roca afirmou, no congresso de 1960 do partido, que “Cuba não deve adentrar a via da rápida radicalização”. (CUSHION, 2016:206-207). Cabe ressaltar, ademais, que a aproximação com o PSP, também era de grande conveniência no plano diplomático, dada a crescente desconfiança do governo estadunidense após Fidel Castro ter assumido como Primeiro Ministro e ter defendido a reforma agrária, pois abria as portas para acordos econômicos com a URSS.

Mais precisamente, o que estava fazendo esse proletariado? Conforme aponta Cushion (2016:207), ao mesmo tempo em que ocorreram mobilizações de massa tuteladas / convocadas desde cima, em defesa da reforma agrária (maio de 1959) e das expropriações das petrolíferas estadunidenses (junho de 1960), também houve mobilizações de base. Já foi mencionada a verdadeira jornada de lutas, muitas vezes envolvendo greves, que a classe trabalhadora cubana travou contra a burguesia em prol de demandas econômicas após a queda de Batista. Mas as mobilizações foram muito além, pois, por vezes, essas lutas econômicas se desdobravam em exigências pela “estatização” das empresas, em resposta à intransigência patronal. Essas mobilizações pró-expropriação recebiam apoio de trabalhadores de outras empresas, que acabavam levantando tal demanda também.

Foi esse o caso, por exemplo, da *central* Cavogonda (refinaria de açúcar), na província de Cienfuegos, em julho de 1959, ocupada por trabalhadores que se declararam em “assembleia permanente” até ser conquistada a “estatização” da empresa, após o patrão ter se recusado a pagar um adicional de produção típico da época das colheitas (*superproducción*). Essa mobilização se espalhou rapidamente para outras *centrales* nos arredores e recebeu apoio ainda dos ferroviários, efetivamente conquistando a estatização da empresa em questão. Foi também o caso da “estatização” do jornal direitista *Diario de la Marina*, ocorrida em junho de 1960, cujos trabalhadores demandaram a substituição do editor e, ante a negativa dos donos, ocuparam a empresa e publicaram um número avisando que seria o último do jornal. Isso levou a uma manifestação de rua em solidariedade aos trabalhadores da empresa, que mobilizou cerca de 15 mil pessoas, na forma de um funeral simbólico do jornal. (CUSHION, 2016:207)

Cushion (Ibid.) destaca que, nesses casos, o governo não só atendeu as demandas dos trabalhadores, como havia militância de base do PSP e do M26J envolvida nessas mobilizações, conforme atestam materiais publicados nos jornais das duas organizações. Ele aponta também que, após as expropriações das empresas, muitas vezes os trabalhadores tinham que assumir a gestão, pois os patrões fugiam e levavam consigo os gestores. Ademais, ressalta que parte das expropriações realizadas tiveram a ver com uma batalha em prol da produção, contra atos de desestabilização por parte dos proprietários – o que unia o governo, os sindicatos e a militância do M26J e do PSP num só esforço. Todavia, enfatiza que, “apesar desse envolvimento ativo, não se viu o desenvolvimento de instituições democráticas e independentes dos trabalhadores, capazes de fazer o governo prestar contas”.

## 6. Considerações finais

Conforme visto, há muitas questões relativas aos *sujeitos social e político* das revoluções sociais do pós-guerra que, a despeito dos anos de pesquisas, seguem insuficientemente desenvolvidas, de forma que a *dinâmica* daquelas acaba por não ser satisfatoriamente descrita e explicada. No que tange o *sujeito social*, frequentemente reduzido à noção de “campesinato pobre”, foi visto, a partir das pesquisas e reflexões de Hamza Alavi, Eric Wolf, James Petras e Samir Amim, que se tratava, na realidade, de uma heterogênea força de trabalho rural, na qual ex-camponeses recentemente expropriados e socialmente desenraizados e pequenos produtores sem posse real das terras e subsumidos a relações de mercado – portanto, objetivamente *proletariados* – eram um importante elemento. Força essa que se mobilizou em prol de um programa que não transcendia os limites do capitalismo e, inicialmente, buscava inclusive retroceder a um momento prévio à desestabilização sócio-política gerada pela violenta penetração de capitais imperialistas no campo dos países periféricos, nele estabelecendo novas relações, de tipo mercantilistas. E cuja mobilização só pôde transcender o nível de revoltas locais através da atuação de partidos-exércitos forjados originalmente no meio urbano, que deram coesão e direção às suas insatisfações.

Esses partidos-exércitos, que constituíram o *sujeito político* desses processos, também não possuíam um programa que ultrapassasse os limites do capitalismo. Isso é algo que com frequência escapa à literatura especializada, que tende a tratá-los simplesmente como “revolucionários”, sem distinguir o tipo de revolução que almejaram, mas que está solidamente demonstrado por uma produção mais abrangente

– especialmente aquele que se debruça, de forma crítica ao stalinismo, sobre a história dos Partidos Comunistas, da Internacional Comunista e da União Soviética. Tal produção mostra que, fosse por sua adesão ao cânone etapista e colaboracionista de classes do stalinismo, fosse por sequer terem proximidade com ideias socialistas (no caso de Cuba), esses sujeitos políticos almejavam uma revolução “democrático-burguesa” que, ao aliar aquela força de trabalho rural com certos setores da burguesia nativa, fosse capaz de trazer transformações sócio-políticas para seus países, nos marcos de um capitalismo nacionalmente soberano, gerido por uma república democrática e livre de elementos sociais considerados “atrasados” (como as oligarquias latifundiárias).

Todavia, tais transformações – em especial a reforma agrária e a real soberania nacional –, que em outros países e época foram fruto da ação burguesa, se encontram bloqueadas na periferia do capitalismo em sua fase imperialista de desenvolvimento, pois envolvem necessariamente um choque com as bases de existência e reprodução das burguesias nativas dos países periféricos. Nesse sentido, é possível afirmar que foi apenas ao ultrapassar os marcos capitalistas e se chocar frontalmente com os interesses burgueses – nativos e estrangeiros – que esses processos revolucionários puderam atingir as transformações que almejavam. Mais do que isso, foi apenas assim que de fato conseguiram sobreviver, dado o peso da contrarrevolução, que, naqueles muitos casos de processos revolucionários do século XX que não se concretizaram como revoluções sociais vitoriosas, impôs a manutenção dos elementos centrais do *status quo* prévio à sua eclosão.

Explicar como que um pequeno número de casos se transformou em revoluções anticapitalistas e conseguiu, dessa forma, conquistar as transformações almejadas e efetivamente sobreviver à contrarrevolução, ainda que essa não fosse a intenção original de seus *sujeitos políticos*, nem a demanda de seu *sujeito social*, não é tarefa fácil. O mencionado *bloqueio objetivo* à conclusão desses processos dentro dos marcos capitalistas, e a decorrente *pressão contrarrevolucionária* para que eles não ultrapassassem tais limites e, efetivamente, não conquistassem tais transformações, não pode ser o único fator explicativo – afinal, foram muitos os processos em que tal fator se fez presente, mas que não seguiram o rumo anticapitalista.

Ao resgatar a *radicalidade proletária* nesses processos, frequentemente ignorada ou diminuída pela literatura especializada, buscou-se introduzir um fator a mais, que parece figurar entre aqueles que foram decisivos para que tais processos tenham seguido o rumo anticapitalista, transformando-se ao se chocar com as burguesias nativas e

imperialistas e expropriá-las política e economicamente. Ainda são poucas as pesquisas minuciosas sobre a atuação proletária nesses processos, especialmente nos momentos imediatamente posteriores à tomada do poder pelos partidos-exércitos, quando estes estabeleceram governos de coalização com elementos da burguesia nativa. Todavia, ao trazer à tona os estudos sobre os casos chinês e cubano – especialmente aqueles de Jackie Sheehan e Steve Cushion, respectivamente – foi possível mostrar a enérgica atuação proletária pós tomada do poder, que moldou o processo revolucionário, ao colocá-lo em rota de coalização com os interesses burgueses, através de lutas econômicas por melhores condições de vida e trabalho e lutas políticas em prol da expropriação e gestão dos meios de produção. Dessa forma, é possível afirmar que tais processos tiveram no proletariado urbano um *segundo sujeito político*.

A referida atuação inicialmente despertou a oposição do novo regime, na forma de reiteradas declarações por parte das lideranças que compunham o sujeito político do processo revolucionário, buscando desincentivá-la. Não obstante, contou com a solidariedade ativa de setores de base que compunham os partidos-exércitos, de forma que estes acabaram divididos e passaram por expurgos, conforme sua liderança acabou se alinhando em alguma medida com tal atuação, especialmente como forma de bloquear e repelir ações contrarrevolucionárias de sabotagem econômica, desestabilização política e ataques militares. Vê-se, assim, a combinação dos fatores ação radical proletária e contrarrevolução impulsionando o processo para além do que intendiam seu sujeito político.

Mas é certo que a ação proletária não é o único e decisivo fator, uma vez que também se fez presente, em graus diferentes, em alguns dos outros processos revolucionários do período, que não seguiram o mesmo rumo daqueles que se tornaram revoluções sociais anticapitalistas. Há ainda outro que merece ser levado em conta, que é a peculiaridade dos Partidos Comunistas que foram seus sujeitos políticos, no sentido de que possuíam certa *independência relativa* do rígido controle que os dirigentes da URSS em geral exerciam sobre o conjunto dos PCs mundo a fora. Por conta disso, eles puderam atuar de forma mais independente dos projetos de “coexistência pacífica” com o imperialismo e colaboração de classes emanados desde Moscou. Situação essa que foi fruto de trajetórias diversas, como o isolamento no sul do país após 1927, no caso chinês, somada à sua desastrosa experiência prévia com a submissão político-organizativa ao KMT no passado, ou a atuação clandestina combinada à posição geográfica menos estratégica para os termos de Yalta e Potsdam, nos casos iugoslavo e

albanês. Já no caso ainda mais peculiar de Cuba, pode-se mencionar a passagem de muitos dos quadros do M26J pelas fileiras do grupo socialista terrorista Jovem Cuba, nos anos 1930-40, e seu firme compromisso com os ideias soberanistas de Martí e com as demandas de reforma agrária da base social de seu exército insurgente.

Dessa forma, ao enfatizar aqui a atuação proletária, se quis fazer justiça a um elemento frequentemente deixado de lado pelas análises de maior visibilidade, mas fica clara a necessidade de compreendê-lo como parte de um *conjunto de fatores interligados*, e não como uma força determinante em separado. Levando-se em conta esse fator, é possível adicionar mais complexidade a análises como aquelas de James Petras (1978b), ou de Florestan Fernandes (2007), que apontam a sobreposição de dois processos revolucionários, um “democrático-burguês” – ou, mas apropriadamente, nacional-democrático – e outro, “socialista”, nas revoluções sociais por eles estudadas. Conforme suas análises, essas revoluções começaram com um conteúdo social que, ao ser abraçado pelas classes subalternas – em especial os ex-camponeses recém-expropriados e socialmente desenraizados e o proletariado urbano – acabou mudando de forma, ao se chocar com os interesses da burguesia, que também havia inicialmente neles se engajado, mas que cometeria “suicídio de classe” caso os levasse às últimas consequências.

Essas reflexões aqui apresentadas não esgotam de forma alguma o debate, mesmo em relação aos casos chinês e cubano, que foram escolhidos para serem analisados mais de perto, servindo de exemplo. Além de ser necessário expandir a análise comparada para as outras revoluções sociais do pós-guerra, como forma de entender seus resultados sociais – em termos das formas de propriedade e relações que produção que elas originaram – também se faz necessário elencar outros fatores para que se possa compreender seus resultados políticos – o tipo de regime surgido após a ruptura dos governos de coalização, nos quais o proletariado e a força de trabalho rural que moldaram decisivamente o processo revolucionário não construíram órgãos de autogoverno em escala nacional, ficando sob a tutela das lideranças dos partidos-exércitos e atuando, de forma muito limitada, através de órgãos desde o topo.

Ademais, tais revoluções sociais do pós-guerra suscitam importantíssimos debates teóricos para aqueles que aderem ao arcabouço teórico do marxismo e, de forma mais ampla, à estratégia do socialismo revolucionário. Em especial em dois aspectos: o primeiro, a transição entre capitalismo e ditadura do proletariado; o segundo, a

caracterização fina das revoluções sociais do pós-guerra e a possibilidade de constituírem um novo modelo estratégico.

Em relação ao primeiro aspecto, trata-se de compreender como foi possível que um aparato estatal criado para fins nacional-democráticos pôde, sem que se operasse uma mudança qualitativa em sua estrutura, desempenhar fins anticapitalistas. Conforme mencionado anteriormente, o primeiro momento dessas revoluções foi marcado pela tentativa de manutenção do capitalismo, via governo de coalização com alas liberais das burguesias nativas, enquanto o segundo foi marcado pela ruptura dessa coalização de colaboração de classes e expropriação econômica de tal burguesia. Todavia, o aparato estatal não passou por nenhuma mudança fundamental nessa transição. O que, então, era esse Estado criado pelas forças insurgentes? Era um Estado proletário, apesar de seus dirigentes não “saberem”? Caso não, é possível a transformação social operada por um aparato de Estado não proletário? Seria um fenômeno transitório e excepcional?

Intimamente vinculado a esse aspecto, está o segundo, que trata de compreender tal transição e, especialmente, os casos em que ela não se realizou e, assim, os processos revolucionários não se converteram em revoluções sociais triunfantes. Seriam duas revoluções distintas? Como então se operou o “salto” de uma para outra? Esse salto é passivo de repetição em outros casos, ou tratou-se de fenômenos excepcionais? Ao invés, seria um só processo, de caráter nacional-democrático, porém “inconsciente” dos rumos anticapitalistas que necessitava seguir para triunfar e que, portanto, prosseguiu, em alguns casos excepcionais, “aos trancos e barrancos”? Essas devem ser perguntas centrais para o marxismo do século XXI.

Apesar das limitações e lacunas deste trabalho, acima apontadas e que se pretende desenvolver em pesquisas e escritos futuros, espera-se ter contribuído em alguma medida para fazer avançar a compreensão desses complexos processos revolucionários, que foram uma parte essencial da história do século XX e que são centrais para a compreensão das revoluções sociais sob a fase imperialista do desenvolvimento capitalista.

## **7. Referências bibliográficas**

ALAVI, Hamza. “Peasants and revolution”. In MILIBANDAND, Ralph & SAVILLE, John (eds.). *The Socialist Register*. London: The Merlin Press, 1965, p. 241-77.

ALEXANDER, Robert J. *A History of Organized Labor in Cuba*. Westport: Praeger, 2002.

AMIM, Samir & VERGOPOULOS, Kostas. *A Questão Agrária e o Capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. *A Revolução Boliviana*. São Paulo: Editora da Unesp, 2007.

ARCARY, Valerio. *As esquinas perigosas da História. Situações revolucionárias em perspectiva marxista*. São Paulo: Xamã, 2004.

ARCARY, Valerio. O que é uma revolução? *Revista Dialectus*, ano 2, n. 5, ago.-dez. 2014, p. 51-63.

AYERBE, Luis F. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

BROUÉ, Pierre. “Trotsky e a guerra civil espanhola” [1975]. In TROTSKI, Leon. *A Revolução Espanhola. Compilação*. São Paulo: Iskra, 2014, p. 339-358.

BROUÉ, Pierre. *El partido bolchevique*. Madrid: Ayuso, 1973.

BROUÉ, Pierre. *História da Internacional Comunista (1919-1934)*. 2 volumes. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

BROWN, Archie. *Rise and Fall of Communism. The rise and fall of Communism*. New York: Harper Collins, 2009.

BRUS, Wlodzimierz. Stalinism and the “People's Democracies”. In TUCKER, Robert C. (ed.). *Stalinism. Essays in Historical Interpretation. With a new introduction by the author*. New Brunswick, London: Transaction Publishers, 1999, p. 239-56.

CHANDRA, Nirmal Kumar. The Peasant Question from Marx to Lenin. The Russian Experience. *Economic and Political Weekly* v. 37, n. 20, May 18-24, 2002, p. 1929-1932.

CHESNEAUX, Jean & KAGAN, Richard C. The Chinese Labor Movement: 1915-1949. *International Social Science Review*, Vol. 58, No. 2 (Spring 1983), p. 67-87.

CLAUDÍN, Fernando. *La crisis del movimiento comunista* [1970]. Dois tomos. Versão digital, disponível em <http://marxistarkiv.se>. Acessado em 08 maio de 2015.

COGGIOLA, Osvaldo. *A Revolução Chinesa*. São Paulo: Moderna, 1986. Versão digital, disponível em <http://tinyurl.com/ou3ywpz>. Acessado em dezembro de 2015.

CUSHIN, Steve. *Organized Labour and the Cuban Revolution 1952-1959*. Ph.D. Thesis. Institute for the Study of the Americas, University of London, 2012.

CUSHION, Steve. *A Hidden History of the Cuban Revolution. How the Working Class Shaped the Guerilla's Victory*. New York: Monthly Review, 2016.

DIMITROV, Grigori. *Speech on the Chinese Question. Delivered 10 August 1937 at the Meeting of the Secretariat of the ECCI*. [1937]. Disponível em <http://tinyurl.com/h8br2w4>. Acessado em novembro de 2014, [s.p.].

- DRAPER, Theodore. *Castroism. Theory and Practice*. New York, Washington, London: F. A. Praeger Publishers, 1965.
- DRAPER, Theodore. *Castro's Cuba. A revolution betrayed?* S.l.: New Leader, 1961.
- FERNANDES, Florestan. *Da Guerrilha ao Socialismo. A Revolução Cubana*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- FERNANDES, Florestan. *O que é revolução?* São Paulo: Brasiliense, 1984.
- GOTT, Richard. *Cuba. Uma Nova História*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- HAGEMEYER, Rafael Rosa. “A Revolução na Guerra Civil Espanhola”. In BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio (org.). *As Revoluções Contemporâneas Paradigmáticas*. Maringá: UEM-PPGH, p. 117-35.
- HEGEDÛS, András. “A construção do socialismo na Rússia: o papel dos sindicatos, a questão camponesa, a Nova Política Econômica”. In: Hobsbawm, Eric (org.). *História do Marxismo*. São Paulo: Paz e Terra, v. 7, 1986, p. 13-44.
- JOHN, Sándor. *Bolivia's Radical Tradition: Permanent Revolution in the Andes*. Tucson: University of Arizona Press, 2009.
- KAUTSKY, Karl. *A Questão Agrária*. São Paulo: Proposta, 1980.
- KIERNAN, V. G. “Revolução”. BOTTOMORE, Tom (ed.). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 324-328.
- LISTER, John. *Cuba. Radical Face of Stalinism*. London: Left View Books, 1985.
- LÖWY, Michael. *A política do desenvolvimento desigual e combinado. A teoria da revolução permanente*. São Paulo: Sundermann, 2015.
- LÖWY, Michael. *A teoria da revolução no jovem Marx*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, Karl. *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MEISNER, Maurice. *Mao's China and After. A History of the People's Republic*. New York: Free Press, 1999.
- MONTEIRO, Marcio Antonio Lauria de Moraes. *O movimento trotskista internacional e as revoluções do pós-guerra: uma análise de suas (re)leituras teóricas e programáticas (1944-63)*. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2016a.
- MONTEIRO, Marcio Lauria. O movimento trotskista internacional e as revoluções do pós-guerra. *Revista Outubro*, n. 27, novembro de 2016b, p. 191-219.
- MURPHY, Kevin. A história da Revolução Russa de fevereiro de 1917. *Revista Outubro*, n. 28, abr. 2017, p. 135-149.
- NAVES, Márcio Bilharinho. *Mao. O Processo da Revolução*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

- PASQUINO, Gianfranco. “Revolução”. In: BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de Política*. Vol. 1. 11ª ed. Brasília: Editora da UnB, 1998, p. 1121-1131.
- PÉREZ-STABLE, Marifeli. *The Cuban Revolution. Origins, Course, and Legacy*. New York, Oxford: Oxford University Press, 1999.
- PETRAS, James. Socialist Revolutions and their Class Components. *New Left Review*, n. 111, set./out. de 1978a, p. 37-64.
- PETRAS, James. Toward a theory of twentieth century socialist revolutions. *Journal of Contemporary Asia*, n. 3, 1978b, p. 167-195.
- POMAR, Wladimir. *A Revolução Chinesa*. São Paulo: EdUNESP, 2003.
- SADER, Eder. *Marxismo e teoria da revolução proletária*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1991.
- SERVICE, Robert. *Comrades! A History of World Communism*. Cambridge: Harvard University Press, 2007.
- SHAI, Aron. The Indirect Nationalization of Foreign Firms in China in the 1950's, *Annales historiques de l'électricité*, 2003/1, N. 01, p. 103-114.
- SHEEHAN, Jackie. *Chinese Workers. A New History*. New York: Routledge, 1998.
- SMITH, S. A. *Revolution and the People in Russia and China. A Comparative History*. New York: Cambridge University Press, 2008.
- TEIWES, Frederick C. “The establishment and consolidation of the new regime, 1949-57”. In MACFARQUHAR, Roderick (ed.). *The Politics of China The Eras of Mao and Deng*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993, p. 5-86.
- TENNANT, Gary A. *Dissident Cuban Communism: The Case of Trotskyism, 1932-1965*. Ph.D. Thesis. University of Bradford, 1999.
- TROTSKY, Leon. “A revolução permanente”. In \_\_\_\_\_. *A teoria da revolução permanente* [compilação]. São Paulo: Sundermann, 2011, p. 131-318.
- TROTSKY, Leon. “Balanço e perspectivas” [1905]. In \_\_\_\_\_. *A teoria da revolução permanente* [compilação]. São Paulo: Sundermann, 2011, p. 25-130.
- TROTSKY, Leon. *As lições de outubro*. São Paulo: Sundermann, 2007a.
- TROTSKY, Leon. *História da Revolução Russa*. 2 v. São Paulo: Sundermann, 2007b.
- TSE-TUNG, Mao. *On Coalition Government* [abr. de 1945]. Disponível em <http://tinyurl.com/hg7mob4>. Acessado em novembro de 2014.
- TSE-TUNG, Mao. *On The New Democracy* [jan. de 1940]. Disponível em <http://tinyurl.com/nbfta76>. Acessado em novembro de 2014.
- WINOCUR, Marcos. *Historia social de la Revolución Cubana (1952-1959). Las clases olvidadas en el análisis histórico*. Ciudad de Mexico: UNAM, 1989.

WOLF, Eric R. *Peasant Wars of the Twentieth Century*. New York, Evanston, London: Harper & Row Publishers, 1969.

WOLIKOW, Serge & TODOROV, Antony. L'expansion européenne d'après-guerre. In DREYFUS, Michel. et al. *Le siècle des communismes*. Paris: Seuil, 2004, p. 323-42.